

ACOMPANHAMENTO DO II PND

Exercício de 1976

VI- DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AMAZÔNIA

ASPECTOS GERAIS FINANCEIROS

● TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

As transferências federais, à conta do Fundo de Participação dos Estados - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - FPM e Fundo Especial - FE, no ano de 1976, elevaram-se a Cr\$ 1 561,6 milhões, representando 12,8% do total nacional (Quadro I).

Com respeito ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI, as liberações efetivadas para programas e projetos somaram Cr\$ 2,9 milhões, de um total previsto de Cr\$ 30,0 milhões, não computados Cr\$ 183,6 milhões liberados para o POLAMAZÔNIA, programa que abrange também a região Centro-Oeste. O FDPI aplicou Cr\$ 186,5 milhões na região Norte, representando 13,6% dos recursos do FDPI aplicados em todo o País.

● APOIO FINANCEIRO OFICIAL

O saldo devedor total das instituições financeiras oficiais evoluiu de Cr\$ 5,0 bilhões, em fins de 1975, para Cr\$ 8,9 bilhões, em 31 de dezembro de 1976 (aumento nominal de 76%).

QUADRO I

AMAZÔNIA - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE, FUNDO DE PARTICIPAÇÃO

DOS MUNICÍPIOS - FPM E FUNDO ESPECIAL - FE, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

1976

ESTADOS E TERRITÓRIOS	FPE			FPM			FE			TOTAL		
	Cr\$ Milhões (1)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (2)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (3)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (1+2+3)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional
Roraima	113,2	11,5	2,1	17,6	5,8	0,3	-	-	-	130,8	8,4	1,1
Acre	136,4	13,8	2,5	25,6	8,4	0,5	75,7	28,2	5,6	237,7	15,2	1,9
Amazonas	218,7	22,1	4,0	70,9	23,2	1,3	85,1	31,6	6,3	374,7	24,0	3,1
Roraima	139,4	14,1	2,6	20,0	6,5	0,4	-	-	-	159,4	10,2	1,3
Pará	309,3	31,3	5,7	158,4	51,9	2,9	108,1	40,2	8,0	575,8	36,9	4,7
Amapá	70,4	7,2	1,2	12,8	4,2	0,2	-	-	-	83,2	5,3	0,7
TOTAL	987,4	100,0	18,1	305,3	100,0	5,6	268,9	100,0	19,9	1 561,6	100,0	12,8

FCNTE: SAREM.

QUADRO II

AMAZÔNIA - LIBERAÇÕES PROGRAMADAS E EFETIVADAS DO FUNDO
DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS INTEGRADOS - FDIPI

1976

ESTADOS	LIBERAÇÕES PROGRAMADAS			LIBERAÇÕES EFETIVADAS		
	Cr\$ Milhões	Percentual Sobre o Total Regional	Percentual Sobre o Total Nacional	Cr\$ Milhões	Percentual Sobre o Total Regional	Percentual Sobre o Total Nacional
Amazonas	30,0	10,6	1,3	-	-	-
Pará	-	-	-	2,9	1,6	0,2
POLAMAZÔNIA (a)	252,0	89,4	11,3	183,6	98,4	13,4
TOTAL	282,0	100,0	12,6	186,5	100,0	13,6

FCNTE: SAREM.

Nota: (a) Contempla áreas da região Centro-Oeste, incluídas na Amazônia Legal.

QUADRO III

AMAZÔNIA - SALDO DEVEDOR DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS (a)

1975-1976

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	SALDO DEVEDOR EM 31.12.1975			SALDO DEVEDOR EM 31.12.1976			TAXA DE CRESCIMENTO (2/1)
	Cr\$ milhões (1)	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional	Cr\$ milhões (2)	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional	
BB	1.654,0	32,8	0,7	3.477,8	39,2	0,9	110,3%
BHH	1.095,6	21,7	0,5	1.895,8	21,3	0,5	73,0%
BND	-	-	-	-	-	-	-
EASA	1.851,2	36,7	0,8	2.723,3	30,6	0,7	47,1%
CEF	446,6	8,8	0,2	792,9	8,9	0,2	77,5%
TOTAL	5.047,4	100,0	2,2	8.889,8	100,0	2,3	76,1%

FONTE: IPEA

Nota: (a) Exclui-se BNCC e BNDE, cujos saldos devedores não foram regionalizados

No que concerne à participação da Região Norte no saldo devedor dessas instituições, em todo País, praticamente não houve alteração, vez que em 31 de dezembro de 1975 correspondia a 2,2%, enquanto que no final de 1976 representava 2,3%.

● INCENTIVOS FISCAIS

A SUDAM aprovou 32 projetos (14 agropecuários, 14 industriais e 4 de serviços básicos), sendo 20 de reformulação ou ampliação e 12 de implantação ou modernização. Os investimentos totais previstos nesses projetos ascendem a Cr\$ 3,3 bilhões, dos quais Cr\$ 1,0 bilhão à conta do FINAM. Ademais, foi concedida isenção do Imposto sobre a Renda a 32 empresas.

Os incentivos fiscais liberados pela SUDAM totalizam Cr\$ 594 milhões, destinando-se Cr\$ 121 milhões à agropecuária, Cr\$ 380 milhões à indústria e Cr\$ 93 aos serviços básicos.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA

● PROGRAMAS ESPECIAIS

● Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLAMAZÔNIA

A programação de 1976 incorporou 77 novos projetos aos 217 iniciados em 1975. Esses 294 projetos - 205 na área da SUDAM e 89 na da SUDECO - estão sendo executados nos 15 pólos que integram o Programa⁽¹⁾. Setorialmente, foram executados 121 proje

(1) Carajás, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Marajós - incluídos na área da SUDAM, e Xingu - Araguaia, Araguaia-Tocantins, Rondônia, Jurema e Aripuanã - na área da SUDECO.

tos agrícolas, 82 de infra-estrutura econômica (transportes, energia, mineração, indústria e serviços) e 91 de infra-estrutura social (de desenvolvimento urbano, educação e saúde).

A execução do Programa foi beneficiada pela superação de algumas dificuldades verificadas em 1975, principalmente no que se refere ao aperfeiçoamento da programação, melhor capacitação dos órgãos para execução dos projetos e atuação mais eficiente da SUDAM e SUDECO nas atividades de fiscalização e acompanhamento.

Os recursos aprovados para o Programa, referentes ao período julho de 1975 a dezembro de 1976, elevaram-se a Cr\$ 1 720 milhões, sendo programados Cr\$ 750 milhões para 1975 e Cr\$ 1 020 milhões para 1976. No segundo trimestre de 1976 foram incorporados ao POLAMAZÔNIA recursos adicionais do PIN, no valor de Cr\$ 80 milhões, elevando o montante de recursos do biênio 1975-1976 para Cr\$ 1 800 milhões. As liberações referentes ao exercício de 1976 atingiram um montante de Cr\$ 705 milhões, sendo conferida prioridade, em termos de investimentos, aos pólos Rondônia, Tapajós, Carajás, Araguaia-Tocantins e Prê-Amazônia Maranhense.

● AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

● Planejamento do Setor Agrícola

Implantação das CEPAs do Pará, Amazonas, Acre e Amapá; início da instalação da CEPA de Roraima; em elaboração o diagnóstico básico e estudo de opções para o desenvolvimento agrícola da Amazônia, a avaliação dos projetos agropecuários em execução é o programa de modernização administrativa do setor público agrícola.

● Fortalecimento do Setor Pesqueiro

Em realização estudos de viabilidade dos terminais pesqueiros de Manaus e Belém; implantação do sistema de controle de desembarque do pescado em 15 áreas do Estado do Pará.

● Fortalecimento do Sistema Nacional de Meteorologia

Em execução trabalhos de recuperação das estações climatológicas de Barcelos, Lábrea, Tapuruquara e Uaupês, no Estado do Amazonas, e de Tiriões e São Félix do Xingu, no Pará.

● Desenvolvimento de Projetos Integrados de Colonização

Abertura de estradas vicinais na área de influência de Marabá (PA); elaboração do projeto de colonização Rio Preto - Aquiri, localizado em áreas dos municípios de Marabá e Itupiranga (PA); reestruturação de colônias agrícolas; início do estudo indicativo de alternativas de ocupação das áreas compreendidas nos trechos Santarém - Rurópolis Presidente Médici e Marabá - Altamira.

● Distrito Agropecuário

Em implantação o Distrito Agropecuário de Manaus, cujo planejamento e execução estão a cargo da SUFRAMA.

● **INDÚSTRIA E SERVIÇOS**

● Planejamento do Setor Industrial

Realização de sondagens conjunturais.

● Implantação de Distritos Industriais

● Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus: até o final de 1976, 28 indústrias haviam sido instaladas (6 mil empregos diretos), 23 encontravam em fase de implantação e 29 com área reservada, representando, ao todo, investimentos da ordem de Cr\$ 1,6 bilhão (15,3 mil empregos diretos).

● Distrito Industrial de Belém: em realização os estudos de viabilidade e localização.

● Distrito Industrial de São Luís; em elaboração o projeto executivo de esgotos sanitários e industriais.

● Siderurgia

● Usina Siderúrgica de Itaquí: conclusão (em outubro de 1975) dos estudos de viabilidade, que prevêem a utilização de 25 milhões t/ano de minério de ferro, proveniente da Serra dos Carajás (PA), com vistas à produção de 16 milhões t/ano de semi-acabados de aço, na etapa final de implantação do projeto; não foi ainda iniciada a execução do projeto em vista de impasses nas negociações entre a SIDERBRÁS e a Nippon Steel Corporation.

● Companhia Siderúrgica da Amazônia-SIDERAMA: aquisição pela SUDAM, de cerca de 24,7 milhões de ações da SIDERAMA, visando a consolidar o empreendimento.

● Alumínio

● Projeto ALBRÁS: visa à implantação, em Belém, de um complexo industrial, decorrente de uma associação entre a Companhia Vale do Rio Doce e a empresa Japonesa Light Metal Smelters Association, para fabricação, inicialmente, de 320 mil t/ano de alumínio, utilizando-se a bauxita de Trombetas e/ou de Paragominas, e representando investimentos globais de Cr\$ 8,6 bilhões; em 1976, foram aplicados Cr\$ 8,2 milhões, tendo sido concluídos os estudos de viabilidade.

● Projeto ALUNORTE: a cargo da Companhia Vale do Rio Doce, objetiva a implantação de uma usina, no Estado do Pará, para a produção de 800 mil t/ano de alumínio, a partir da bauxita de Trombetas e, eventualmente, de Paragominas, representando investimentos totais de Cr\$ 3,7 bilhões; foram aplicados em 1976 Cr\$ 12 milhões, estando em fase de conclusão os estudos de viabilidade.

● Pequena e Média Empresas

Realização de cursos para aperfeiçoamento de empresários; elaboração do cadastro industrial da Amazônia; prestação de serviços de assistência gerencial direta; prosseguimento da execução do programa de crédito orientado.

● Setor Serviços

Início da elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico da Amazônia; em elaboração o Diagnóstico e Prognóstico do Setor Terciário, tendo sido concluído o registro administrativo, nos Estados do Amazonas e do Pará e o levantamento do comércio por vias internas, no Pará.

● RECURSOS NATURAIS E MINERAÇÃO

● Projeto Carajás

Este projeto, a cargo da Amazônia Mineração S/A-AMZA, empresa resultante da associação entre a Companhia Vale do Rio Doce e a U.S. Steel, visa à exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, de modo a produzir, a partir de 1991, 50 milhões de toneladas por ano de minério, representando investimentos globais de Cr\$ 16,3 bilhões; em 1976 foram aplicados Cr\$ 418,4 milhões em obras de engenharia.

● Projeto Trombetas

Este projeto, sob a responsabilidade da Mineração Rio do Norte S/A, empresa sob controle acionário da Companhia do Rio Doce, tem por objetivo a exploração, a partir de 1979, de 3,35 milhões de toneladas anuais de bauxita, em Oriximiná (PA), representando investimentos de Cr\$ 2,2 bilhões; em 1976, foram aplicados Cr\$ 397 milhões, tendo sido concluídos os trabalhos básicos e de detalhe de engenharia.

● Projeto Paragominas

Em andamento a cubagem e os estudos de viabilidade para exploração das reservas de bauxita, localizadas em Paragominas (PA) e Almeirim (PA), avaliadas, respectivamente, em 300 milhões e 65 milhões de toneladas, bem como para implantação de uma usina de beneficiamento, em Paragominas, com capacidade para produzir 3,6 milhões t/ano em bauxita beneficiada e de uma usina de calcinação, em Almeirim, com capacidade para produzir 150 mil t/ano de bauxita calcinada.

● Pesquisas Minerais

Realização dos seguintes trabalhos: prospecção de lelnhito; no Alto Solimões; prospecção de molibdênio, em Roraima; prospecção de sulfetos metálicos, em Abunã, Altamira-Itaituba e Alenquer-Monte Alegre; prospecção de estanho em Rondônia; prospecção de petróleo na plataforma continental do Amapá, foz do rio Amazonas e região do Paranã Antãs-Mirim (AM); levantamentos geológicos exploratórios em Roraima, Rondônia, Apiacãs-Caiabis, Xingu-Araguaia e Tapajós-Maués; levantamentos geológicos semidetalhados em Jamanxim; levantamentos aerogeofísicos no Sul do Pará e nos rios de Sangue, Guaporé, Jari e Negro; prospecção e pesquisa de bauxita fosforosa na Pré-Amazônia Maranhense.

● Projeto de Hidrologia e Climatologia da Amazônia

Revisão e atualização do projeto original, a cargo do PNUD e sob a coordenação da SUDAM, propondo-se a, no prazo de três anos e meio, automatizar e unificar os sistemas de hidrologia e meteorologia da região, de modo a permitir a coleta, registro, processamento dos dados hidrometeorológicos; treinamento de 23 técnicos para apoio ao projeto, cujo início está previsto para o primeiro semestre de 1977.

● Pesquisas de Recursos Hídricos

Instalação de estações hidrológicas e processamento de dados obtidos com a finalidade de inventariar, quantitativa e qualitativamente, os recursos hídricos das bacias do Amazonas e do Araguaia-Tocantins.

● Pesquisas Florestais

Execução, sob a responsabilidade do Centro de Tecnologia Madeireira das seguintes atividades: realização de pesquisas relativas à tecnologia madeireira; treinamento de mão-de-obra especializada em atividades madeireiras; prosseguimento dos trabalhos de silvicultura tropical; aquisição de equipamentos para o laboratório de sementes florestais; elaboração do projeto de avaliação dos custos operacionais na exploração de madeiras e execução de serviços de infra-estrutura, nas reservas de Curuá-Una e Palhão.

● Estudos de Vales Amazônicos

● Plano de Desenvolvimento Integrado dos Vales do Xingu e Tapajós: em fase de conclusão os trabalhos, que contemplam a seleção de áreas estratégicas, identificação de suas potencialidades, dimensionamento dos investimentos em infra-estrutura, formulação de programas setoriais e elaboração do plano de implantação.

● Estudo Integrado do Vale do Rio Branco: conclusão dos estudos de cartografia, pedologia, climatologia, geologia, hidrologia, pesca e recursos florestais, bem como o diagnóstico sócio-econômico.

● Programa de Desenvolvimento do Vale do Tocantins: conclusão do inventário florestal e em elaboração os estudos agroclimáticos, o levantamento da estrutura fundiária, os mapeamentos pedológico e florestal, o estudo de localização das reservas indígenas e os programas de pesquisa agropecuária e florestal, de beneficiamento da borracha e de desenvolvimento da pecuária de corte.

● **Projetos-Piloto para Aproveitamento das Várzeas dos Rios Amazônicos:** conclusão dos levantamentos básicos e selecionadas as áreas de Carreiro (AM) e Monte Alegre (PA) para implantação dos projetos-piloto.

● **ENERGIA**

● Usina Hidrelétrica de São Félix

Conclusão do estudo de viabilidade para construção de hidrelétrica no rio Tocantins com capacidade instalada total de 1 396 MW (despendidos Cr\$ 21,5 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Execução de obras de engenharia, de conformidade com a programação que prevê a entrada em funcionamento da usina, a partir de 1982, com capacidade instalada de 3 960 MW (despendidos Cr\$ 376 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Couto Magalhães

Conclusão dos estudos de viabilidade e projeto de engenharia, que prevêem o início das operações da usina, localizada no rio Araguaia, a partir de 1982, dispondo de uma capacidade instalada de 120 MW: em fase de elaboração os documentos necessários à licitação das obras civis principais (despendidos Cr\$ 35,3 milhões).

● Usina Termelétrica de Belém

Aberta concorrência para execução do projeto que objetiva instalar duas unidades geradoras de 66 MW, cada.

● Usina Termelétrica de Manaus

Em execução, com o objetivo de instalar duas unidades geradoras de 50 MW, cada (despendido Cr\$ 287,9 milhões).

● Usina Termelétrica de Rio Branco

Em estudos, com o objetivo de instalar três unidades geradoras de 3 MW, cada.

● Usina Termelétrica de Porto Velho

Em estudos, cuja finalidade é a de instalar três unidades geradoras de 5 MW, cada.

● Inventário Hidrelétrico das Bacias dos rios Xingu, Tapajós e Madeira

Em andamento o inventário da bacia do rio Xingu (despendidos Cr\$ 26,4 milhões).

● Aproveitamento Hidrelétrico dos rios Jatapu (Amazonas), Trombetas (Pará), Cotingo (Roraima) e Jamari (Rondônia)

Em execução os estudos hidrológicos e de viabilidade.

● TRANSPORTES

● Transportes Rodoviários

● Implantação dos seguintes trechos rodoviários: 118,6 km no trecho Manaus — Fronteira com a Venezuela (BR-174); 65,6 km no trecho Macapá — Fronteira com a Colômbia (BR-210); 62,1 km no trecho Taumaturgo — Fronteira com a Venezuela (BR-307); 47,7 km no trecho Rio Branco — Fronteira com o Peru (BR-364); 108,8 km no trecho Cuiabá — Santarém (BR-163) e 63,2 km no trecho Humaitá — Lábrea (BR-230).

● Pavimentação de 6,2 km do trecho Rio Branco — Fronteira com o Peru (BR-364).

● Portos e Vias Navegáveis

Construção de cais de acostamento, armazéns e demais instalações portuárias, nos portos de Itacoatiara, Parantins, Tabatinga e Coari, no Estado do Amazonas e na Bacia do Tocantins; construção do atracadouro de Ôbidos, no Pará; obras de acostagem do porto de Manaus: início da execução do porto de Itaqui, no Maranhão; complementação do porto de Marabá, no Pará, estudos para a ligação dos rios Pará e Xingu.

● Aeroportos

Em execução as obras dos aeroportos de São Félix do Xingu, Santarém, Rio Branco, Macapá, Porto Velho, Coari, Boca do Acre e Eirunepê; conclusão das obras do Aeroporto Internacional de Manaus.

● DESENVOLVIMENTO SOCIAL

● Saneamento

● Saneamento Geral: execução de obras de dragagem de canais; recuperação de baixadas e drenagem pluvial nos municípios de Belém, Castanhal e Marabá, no Pará, e Manaus e Tabatinga, no Amazonas.

● Abastecimento d'água: implantação dos sistemas de abastecimento d'água de Xapuri e Brasiléia - no Acre, Abaetuba e Igarapé-Mirim - no Pará, e Anori, Envira, Fonte Boa, Humaitá, Manicoré, Nhamundá, Novo Aripuanã e Silves - no Amazonas; ampliação dos sistemas de Rio Branco (AC), Macapá (AP) e Boa Vista (PR).

● Esgotos Sanitários: implantação dos sistemas de esgotos sanitários de Rio Branco (AC), Marabá (PA) e Boa Vista (RR) e iniciada a de Macapá (AP).

● Saúde

Execução dos projetos de modernização das estruturas técnico-administrativas das Secretarias de Saúde e da montagem do sistema regional de informações sobre saúde; realização de pesquisas sobre lepra, arboviroses, síndrome hemorrágica de Altamira, leishmanioses tegmentares, febre negra de Lábrea, leptospiroses e oncocercose; apoio à ampliação das campanhas contra a malária, febre amarela e outras endemias.

● Recursos Humanos

● Capacitação de Recursos Humanos: realização de treinamento, a nível de pós-graduação, em Meteorologia e Hidrologia Aplicada, e em Estatística, Demografia e Mortalidade, e, a nível médio, para hidrotécnicos; realização de seminários sobre ensino de 1º e 2º graus e supletivo na Região Norte; concessão de 49 bolsas de estudos, das quais 44 destinadas a estudantes de cursos de pós-graduação; apoio, mediante convênio, a agências de treinamento.

● Pesquisas sobre Recursos Humanos: em execução a pesquisa sobre oferta e demanda de mão-de-obra, o diagnóstico sobre recursos humanos da Região Norte e pesquisa sobre migrações internas, na área de influência da rodovia Belém-Brasília.

● Desenvolvimento Urbano

● Região Metropolitana de Belém: em execução o programa de recuperação de baixadas; prosseguimento das obras de saneamento geral da bacia do Reduto; em implantação o sistema de planejamento metropolitano, a nível executivo; em elaboração os estudos de viabilidade de áreas e distritos industriais.

● Estudo e Planejamento de Núcleos Urbanos em Áreas Preferenciais: elaboração dos planos preliminares estruturais de Alenquer, Conceição do Araguaia, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, São Félix do Xingu e Tucuruí — no Pará, Coari, Eirunepé e Tefé — no Amazonas e Cruzeiro do Sul e Sena Madureira — no Acre.

● Coordenação da Implantação de Novos Núcleos Urbanos: início da execução do Plano de Desenvolvimento Urbano de Humaitá (AM); implantação do sistema viário principal; construção do sistema de abastecimento d'água provisório; e elaboração da planta cadastral do plano de expansão de Marabá (PA).

● Organização Administrativa e Assistência Técnica aos Municípios: implantação do projeto de desenvolvimento e ação integrada de Maués (AM); elaboração do projeto de desenvolvimento e ação integrada de Benjamim Constant (AM) e Parintins (AM), implementação das atividades de assistência técnica aos municípios de Santarém, Oriximiná, Marabá, Castanhal e Almeirim — no Pará, Manacapuru, Tefé, Coari, Lábrea, Boca do Acre, Silves e Eirunepé — no Amazonas, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri, Taruacá, Feijó e Brasiléia — no Acre, Caracaraí — em Roraima e Calçoene, Oiapoque, Amapá e Mazagão — no Amapá; em elaboração o projeto Perfil dos Municípios Paraenses; realização de cursos de capacitação para servidores municipais.

● Desenvolvimento de Comunidades: elaboração das bases metodológicas e operacionais para execução do Projeto; capacitação de pessoal; assessoramento técnico às coordenadorias dos Estados do Pará, Amazonas e Acre, e dos Territórios do Amapá e Roraima; apoio à criação e ao funcionamento de conselhos comunitários.

● OUTROS PROGRAMAS

● Programa de Incentivos à Produção da Borracha Vegetal - PROBOR

A aprovação da programação do PROBOR II, visando à racionalização dos seringais nativos, bem como a expansão da hevecultura, através da formação de grandes plantios comerciais na Amazônia legal e em outras áreas propícias do país, com a definição das seguintes atividades: plantio de 200 mil ha de seringueiras; conclusão do PROBOR I, no tocante à formação de 18 mil ha de seringueiras e à recuperação de 5 mil ha de seringais de cultivo; reintegração de 10 mil ha plantados antes da execução do PROBOR I; abertura de novos seringais nativos de comprovada rentabilidade, em decorrência, principalmente, de sua localização; introdução de nova tecnologia nos seringais nativos; construção ou modernização de 78 usinas de beneficiamento de borracha natural e látex, e ampliação e diversificação da capacidade produtiva de borrachas sintéticas.

NORDESTE

ASPECTOS GERAIS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

● DESEMPENHO GLOBAL DA ECONOMIA

O comportamento da economia nordestina, em 1976, sofreu a influência de graves problemas de ordem conjuntural, relacionados com a crise econômica nacional e com a prolongada estiagem que incidiu sobre grande parte do território regional. Em conseqüência, as atividades econômicas da Região não registraram desempenho satisfatório em relação às previsões do II PND (crescimento da renda regional de 12% ao ano).

Estimativas da SUDENE indicam que o PIB do Nordeste apresentou taxa de crescimento da ordem de 7%, ligeiramente inferior à observada no ano de 1975 (7,5%). Esse crescimento situou-se, também, em escala inferior à taxa de expansão do PIB verificada para o País, da ordem de 8,8%. Setorialmente, a expansão do PIB regional teve a seguinte composição em taxas de crescimento: agropecuária: -5,4%; indústria: 13% e serviços: 11%.

A taxa negativa exibida pelo setor agropecuário teve como causa principal os decréscimos relativos observados nas safras do algodão (18%), feijão (49%), milho (36%), sisal (48%) e cacau (15%), bem como em vista do fraco desempenho da pecuária, que pode ser atribuído ao prolongamento do período de estiagem na Região.

A expansão do setor industrial, por sua vez, deveu-se fundamentalmente à superação de algumas crises que vinham afetando à indústria têxtil e, bem assim, aos bons resultados consequidos pelas indústrias de cimento, de energia elétrica e construção civil. Os significativos incrementos registrados na arrecadação do IPI (11%), no consumo industrial de energia elétrica (20%) e na produção e consumo de cimento (20% e 30%, respectivamente) traduzem o excelente desempenho apresentado pelo setor.

A evolução do setor serviços resultou dos expressivos níveis de crescimento alcançados pelas atividades de comércio (11%), transporte (17%) e administração pública (7%), refletindo a contínua expansão do comércio interno regional.

Em termos de comércio exterior, registrou-se um de crêscimo da ordem de 40,4% no valor das exportações regionais, decorrente, sobretudo, da redução verificada nas vendas de açúcar para o mercado internacional. Para essa redução contribuíram tanto a queda do preço do produto no mercado externo, quanto a insuficiência das safras canavieiras do Sudeste do País.

● INSTRUMENTOS DE APOIO FINANCEIRO

● Transferências Federais

As transferências federais, à conta do Fundo de Participação dos Estados - FP, Fundo de Participação dos Municípios - FPM e Fundo Especial - FE totalizaram Cr\$ 5 381,7 milhões (Quadro IV).

Na programação do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI foram alocados Cr\$ 737,7 milhões em favor do Nordeste, representando cerca de 33,2% dos recursos comprometidos pelo aludido Fundo. As liberações efetivadas, por outro lado, alcançaram um montante de Cr\$ 423,0 milhões (30,9% do total liberado para o País).

● Apoio Financeiro Oficial

O saldo devedor das instituições financeiras oficiais evoluiu de Cr\$ 41,9 bilhões, em fins de 1975, para Cr\$ 70,9 bilhões, em 31 de dezembro de 1976 (aumento nominal de 69,2%).

Por outro lado, a participação do Nordeste no saldo devedor total dessas instituições em todo País manteve-se prática

QUADRO IV

PROPÊSITA: DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE, FUNDO DE PARTICIPAÇÃO

DOS MUNICÍPIOS - FPM E FUNDO ESPECIAL - FE, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

1976

ESTADOS	FPE			FPM			FE			TOTAL		
	Cr\$ Milhões (1)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (2)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (3)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (1 + 2 + 3)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional
Maranhão	359,2	13,9	6,2	216,3	11,0	4,0	215,7	22,2	16,0	771,2	14,3	6,3
Piauí	213,8	8,8	3,9	143,6	7,3	2,6	121,6	12,5	9,0	479,0	8,9	3,9
Ceará	333,0	13,7	6,1	273,9	13,9	5,0	94,6	9,8	7,0	701,5	13,1	5,7
Rio G. do Norte	122,9	5,4	2,4	135,8	6,9	2,5	78,4	8,0	5,8	347,1	6,5	2,9
Paraíba	193,7	7,9	3,6	188,8	9,6	3,5	94,6	9,8	7,0	477,1	8,8	3,8
Pernambuco	318,7	13,1	5,8	292,6	14,9	5,4	79,7	8,2	5,9	691,0	12,6	5,6
Alagoas	148,7	6,1	2,8	122,9	6,2	2,2	70,3	7,2	5,2	341,9	6,4	2,8
Sergipe	148,5	6,0	2,7	79,5	4,0	1,4	79,7	8,2	5,9	307,7	5,7	2,5
Bahia	612,4	25,1	11,2	516,3	26,2	9,5	136,5	14,1	10,1	1 265,2	23,5	10,3
TOTAL	2 440,9	100,0	44,7	1 969,7	100,0	36,1	971,1	100,0	71,9	5 381,7	100,0	43,6

FORTE: SAREBI.

QUADRO V.

NORDESTE: LIBERAÇÕES PROGRAMADAS E EFETIVADAS DO
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS INTEGRADOS - FDPI

1976

ESTADOS	LIBERAÇÕES PROGRAMADAS			LIBERAÇÕES EFETIVADAS		
	Cr\$ Milhões	Percentual Sobre o Total Regional	Percentual Sobre o Total Nacional	Cr\$ Milhões	Percentual Sobre o Total Regional	Percentual Sobre o Total Nacional
Maranhão	-	-	-	7,5	1,8	0,5
Piauí	20,0	2,7	0,9	20,3	4,8	1,5
Rio Grande do Norte	-	-	-	13,5	3,2	1,0
Paraíba	-	-	-	17,0	4,0	1,2
Pernambuco	112,8	15,3	5,1	85,0	20,1	6,2
Sergipe	-	-	-	-	-	-
Bahia	-	-	-	10,0	2,4	0,7
POLUNORDESTE (a)	384,0	52,0	17,3	228,9	54,1	16,8
REGIONAL (a)	221,0	30,0	9,9	40,8	9,6	3,0
TOTAL	737,8	100,0	33,2	423,0	100,0	30,9

Fonte: SAREM.

Nota: (a) Não-especificado a nível dos Estados

QUADRO VI

NORDESTE: SALDO DEVEDOR DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS: (a)

1975-1976

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	SALDO DEVEDOR EM 31.12.1975			SALDO DEVEDOR EM 31.12.1976			TAXA DE CRESCIMENTO (2/1)
	Cr\$ milhões (1)	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional	Cr\$ milhões (2)	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional	
BB	22.657,3	54,1	9,7	40.854,1	57,6	10,5	80,3%
BHH	6.498,9	15,5	2,8	10.737,6	15,2	2,7	65,2%
BNB	8.571,6	20,5	3,7	12.517,6	17,7	3,2	46,0%
BASA	597,3	1,4	0,2	873,8	1,2	0,2	46,3%
CEF	3.540,1	8,5	1,5	5.878,5	8,3	1,5	66,1%
T O T A L	41.855,2	100,0	17,9	70.861,6	100,0	18,1	69,3%

FONTE: IPEA

Nota : (a) Exclusive BNCC e BNDE, cujos saídos devedores não foram regionalizados

mente inalterado no período (17,9% e 18,1% em 1975 e 1976, respectivamente).

● Incentivos Fiscais

A SUDENE deferiu 88 cartas-consulta relativas a empreendimentos industriais e agropecuários, contemplando investimentos da ordem de Cr\$ 7,02 bilhões, dos quais Cr\$ 3,63 bilhões deverão ser financiados pelo FINOR.

Foram aprovados 150 projetos para a Região, sendo 91 reformulações e 59 novos projetos (36 industriais e 23 agropecuários). Os investimentos totais previstos nesses projetos ascendem a Cr\$ 18,3 bilhões, dos quais Cr\$ 5,52 bilhões à conta do FINOR permitindo gerar 29,9 mil novos empregos.

As liberações efetivadas importaram em Cr\$ 3,53 bilhões, de um total inicialmente previsto de Cr\$ 4,40 bilhões, sendo destinados Cr\$ 2,85 bilhões para o setor industrial e Cr\$ 6,76 milhões para o setor agropecuário.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA

● PROGRAMAS ESPECIAIS

● Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE

Os recursos programados para o exercício de 1976 totalizaram Cr\$ 2 419,0 milhões, incluídos nesse montante Cr\$ 1 179,0 milhões referentes ao programa de irrigação e Cr\$ 700,0 milhões relativos ao programa de crédito. As liberações, por sua vez, atingiram um total de Cr\$ 2 063,7 milhões (cerca de 85% dos recursos programados).

Os objetivos do POLONORDESTE referem-se ao aproveitamento de áreas dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, vales do Nordeste Oriental, áreas de agricultura seca, serras úmidas e vales do Nordeste semi-árido. O Programa, apoiado nos diagnósticos sócio-econômicos dessas diversas áreas e na elaboração da programação a nível de projetos e subprojetos, teve sua execução iniciada, parcialmente, no decorrer de 1975. No ano de 1976, prosseguiram as atividades de programação, ao tempo em que novos projetos entraram em execução.

A execução do POLONORDESTE desenvolveu-se através de 3 linhas de ação, abrangendo projetos de irrigação - a cargo do DNOS e CODEVASF, projetos de colonização - a cargo do INCRA e CHESF, projetos de desenvolvimento rural integrado (PDRIs) - a cargo dos Estados, e projetos de apoio relacionados com a capacitação de recursos humanos, pesquisas agropecuárias, aproveitamento de águas subterrâneas, infra-estrutura de apoio aos projetos de colonização e irrigação, e crédito rural.

As realizações do Programa, até o final de 1976, envolveram a execução dos seguintes projetos: PDRIs do Vale do Pirañas (Paraíba), da Serra do Ibiapaba (Ceará), RURALNORTE, Vilas Rurais e Lagoa do Boqueirão (Rio Grande do Norte), do Agreste Meridional (Pernambuco); projetos de irrigações do Baixo São Francisco (Alagoas e Sergipe), do Vale do Jaíba (Minas Gerais), Tourão (Bahia), Massangano (Bahia), Lagoas do Piauí (Piauí); e os projetos de colonização dos rios Corrente e São Francisco (Bahia), Serra do Mel e Lagoa do Boqueirão (Rio Grande do Norte), dentre outros.

Ainda em 1976 foram aprovados e postos em implantação os projetos de desenvolvimento rural integrado-PDRIs do Baixo Parnaíba (Maranhão), da Serra do Baturité (Ceará), Sertões de Inhams e Salgado (Ceará), da Serra do Triunfo (Pernambuco), Colônia do Pindorama (Alagoas), Tabuleiros Costeiros (Sergipe), dentro outros, além do projeto de colonização do Alto Turi (Maranhão).

● Transformação e Fortalecimento da Economia da Zona Semi-Árida (Projeto Sertanejo)

O Programa de Transformação e Fortalecimento da Economia da Zona Semi-Árida (Projeto Sertanejo), instituído através do Decreto nº 78 299, de 23 de agosto de 1976, visa à organização e equipamento das unidades de produção agropecuária da Região, sobretudo as pequenas e médias, de modo a conferir-lhe maior capacidade de resistência aos efeitos das secas. A atuação prioritária se dará na superfície mais afetada periodicamente pelas secas, ou seja, nos sertões dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Para o atingimento desses objetivos, prevê-se a aplicação de recursos no montante de Cr\$ 1 200,0 milhões, a preços de 1976 (exclusive crédito).

Foram elaborados, em 1976, os projetos Piripiri, Simplicio Mendes, Tauá, Icó, Mossoró, Caicó, Sumé, Souza, Custódia, Salgueiro, Guanambi e Irecê.

● Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste

Os órgãos executores do Programa - SUDENE e BNB - aprovaram 18 projetos em 1976, objetivando o processamento de carne bovina e suína, a exploração de fibras vegetais, e a fabricação de concentrados de tomate, doces, sucos, óleos, sabões, cera de carnaúba e rações balanceadas. Os investimentos previstos importam em Cr\$ 681,7 milhões, dos quais Cr\$ 264,5 milhões financiados pelo Programa, permitindo a geração de 3 mil novos empregos.

As liberações de recursos, à conta do Programa, totalizaram, no exercício, Cr\$ 102,4 milhões.

● AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

● Modernização e Ampliação do Sistema Regional de Pesquisas e Experimentação

Realização, pela SUDENE, de atividades com vistas ao melhoramento genético, experimentação agrícola e fitossanidade da rizicultura, citricultura, horticultura e milhete, além de estudo e combate às cigarrinhas das pastagens.

● Planejamento do Setor Agrícola

Assistência técnica e financeira às Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola; apoio administrativo à realização do VII Curso de Capacitação em Planejamento Agrícola e criação da Unidade Regional de Supervisão, visando à consolidação regional dos trabalhos técnicos das CEPAS; realização de estudos para determinação do tamanho típico das unidades de produção e dimensionamento do mercado de frutas tropicais in-natura e processadas.

● Melhoria da Infra-Estrutura de Comercialização

● Centrais de Abastecimento: em operação as unidades de Teresina e Natal e elaboração do projeto da CEASA de São Luís.

● Mercados Expedidores Rurais: construção dos mercados expedidores de Jaguaquara (BA), Baturité (CE) e Bezerros (PE); realização de estudos para construção dos mercados de Cabrobo (PE), Uruburetana (CE), Petrolina (PE) e Tianguá (CE).

● Rede de Armazenagem: construção dos armazéns em Poço Verde (SE), Propriá (SE), Cajazeiras (PB), Campina Grande (PB), Monteiro (PB), São Miguel (RN), João Câmara (RN), Currais Novos (RN), Umarizal (RN) Iguatu (CE), Russas (CE) e Brejo Santo (CE); ampliação dos entrepostos de pesca de São José da Coroa Grande (PE) e Natal (RN).

● Pesquisas sobre Abastecimento: conclusão da consolidação das pesquisas sobre abastecimento alimentar no Nordeste.

● Serviços de Informações de Mercado: em fase de ampliação.

● Sementes e Mudanças Seleccionadas: celebração de convênio entre o Governo de Pernambuco e o Governo Federal para implantação de campos de multiplicação de sementes em áreas de projetos integrados da CODEVASF, a serem implantados em áreas irrigadas pelo DNOCS.

● INDÚSTRIA

● Pólo Petroquímico do Nordeste

Aprovação de projetos para produção de 150 mil t/ano de cloreto de polivinila, 60 mil t/ano de acrilonitrila e 7,3 mil t/ano de polímero de poliéster, com investimentos totais de Cr\$ 2,2 bilhões, com participação do FINOR em Cr\$ 686 milhões, gerando 1 143 novos empregos diretos; em análise projetos para produção de 30 mil t/ano de acrilato de etila e butila, 76 mil t/ano de negro de fumo, 3 mil t/ano de butanol; 15 mil t/ano de isobutanol e 64 mil t/ano de octanol, com investimentos totais de Cr\$ 1,3 bilhão, dos quais Cr\$ 321 milhões oriundos do FINOR, gerando 442 novos empregos diretos.

● Complexo Químico e de Fertilizantes

● Hidróxido de sódio: aprovação do projeto de ampliação de uma empresa visando à produção de 29,5 mil t/ano de soda líquida e 6,5 mil t/ano de soda em escama, além de 2 mil t/ano de cloro gasoso, 25 mil t/ano de cloro líquido, 13,3 mil t/ano de ácido clorídrico e 6,5 mil t/ano de hipoclorito, representando investimentos totais de Cr\$ 165 milhões, dos quais Cr\$ 41,2 milhões financiados pelo FINOR.

● Barrilha: em análise a reformulação do projeto da ALCANORTE - Alcalis do Rio Grande do Norte S/A, para produção de 200 mil t/ano de Barrilha densa e a granel, com investimentos da ordem de Cr\$ 1 535 milhões, sendo Cr\$ 442 milhões oriundos do FINOR; em exame a carta-consulta da Campanha Nacional de Alcalis, visando à produção de 200 mil t/ano de barrilha, com investimentos de Cr\$ 337 milhões, dos quais 64% financiados pelo FINOR.

● Fertilizantes: aprovação de diversos projetos para produção de 621 mil t/ano de fertilizantes (misturas simples e concentradas, granulados complexos, superfosfatados, simples e triplo e misturas NPK), prevendo-se investimentos de Cr\$ 404 milhões, dos quais Cr\$ 127 milhões à conta do FINOR, e a criação de 790 novos empregos; em análise projetos cujos programas de produção totalizaram 884 mil t/ano de fertilizantes, com investimentos totais de Cr\$ 1 303 milhões, dos quais Cr\$ 465 milhões do FINOR, prevendo-se a geração de 956 novos empregos; aprovação, a nível de carta-consulta, de investimentos totais da ordem de Cr\$ 652 milhões, para produção de 643 mil t/ano de fertilizantes.

● Complexo Eletro-Metal-Mecânico

● Laminação da USIBA: conclusão das obras civis, instalação dos equipamentos e conclusão das montagens (despendidos 622 milhões).

● Usina de Magnésio Metálico: A SUDENE definiu a implantação de um projeto para produzir 40 mil t/ano de magnésio metálico até o final da década, aproveitando as reservas de taquiditra e carnalita do Estado de Sergipe; não foram apresentados, até o momento, pleitos nesse sentido.

● Cobre: apresentação à SUDENE do projeto da METALBA - Metais da Bahia S/A, que deverá produzir 5 mil t/ano de oxiclreto de cobre, estando previstos investimentos totais de Cr\$ 84 milhões, dos quais Cr\$ 32 milhões serão financiados pelo FINOR, gerando 157 novos empregos; solicitada a revalidação da carta-consulta da Caraíba Metais S/A, que deverá produzir 150 mil t/

ano de cobre em sua segunda etapa de produção, estando previstos in vestimentos da ordem de Cr\$ 5 097 milhões, 39% dos quais provenientes do FINOR.

● Alumínio: em análise o projeto da Brasil Alumínio S/A, objetivando produzir, em 1982, 225 mil t/ano de alumínio elementar, com inversões totais de Cr\$ 3,9 bilhões, participando o FINOR com Cr\$ 163 milhões e sendo prevista a criação de 1 828 empregos diretos.

● Complexo Têxtil e Confecções

● Têxtil: aprovação de investimentos da ordem de Cr\$ 1 976 milhões, dos quais Cr\$ 907 milhões financiados pelo FINOR, com vistas à produção de fios de algodão, tecidos de algodão e de malha, meias e outros produtos têxteis; em análise 13 projetos de indústrias têxteis, perfazendo cerca de 252,7 mil fusos e totalizando investimentos da ordem de Cr\$ 2 038 milhões, dos quais 35% financiados pelo FINOR; aprovação a nível de carta-consulta, de investimentos no montante de Cr\$ 2,6 bilhões, sendo Cr\$ 1,2 bilhão, provenientes do FINOR.

● Confecções: aprovação de 2 projetos para fabricação anual de 124 milhões de peças, com investimentos totais de Cr\$ 758 milhões, dos quais Cr\$ 298 milhões provenientes do FINOR, gerando 7 738 novos empregos diretos; em análise 5 projetos, objetivando a produção de 4,5 milhões de peças/ano, com investimentos da ordem de Cr\$ 80 milhões, dos quais Cr\$ 48 milhões do FINOR; aprovação, a nível de carta-consulta, de investimentos totais de Cr\$ 116 milhões (Cr\$ 65 milhões do FINOR), prevendo-se a fabricação de 16,4 milhões de peças/ano.

● Complexo de Couro

Aprovação de 3 projetos para produção de artigos de couro (porta-notas, pastas, cintos, bolsas, napas, pelicas, camurças, forros, lã lavada, vaquetas, raspas, aparas e mestiço de ovinos, com investimentos no montante de Cr\$ 261 milhões, sendo Cr\$

144 milhões provenientes do FINOR, prevendo-se a criação de 1,4 mil novos empregos; aprovação da implantação de 2 matadouros-frigoríficos, com capacidade de abate de 60 mil eqüinos, 90 mil caprinos, 45 mil bovinos e 15 mil suínos; em análise, 5 projetos para produção de artigos de couro, cujos investimentos totais ascendem a Cr\$ 173 milhões, dos quais Cr\$ 106 milhões do FINOR, permitindo a criação de 1,6 mil empregos diretos; em análise, um projeto para implantação de um matadouro-frigorífico, no Maranhão, contemplando investimentos que totalizaram Cr\$ 8 milhões, dos quais Cr\$ 6 milhões do FINOR, e a criação de 140 novos empregos.

● Indústria de Cimento

Aprovação de 2 projetos para produção de 660 mil toneladas/ano de cimento portland, com investimentos totais de Cr\$ 575 milhões dos quais Cr\$ 231 milhões oriundos do FINOR; em análise 5 outros projetos, com vistas à produção de 4,6 milhões de t/ano de cimento, prevendo-se investimentos totais da ordem de Cr\$ 2,9 bilhões, dos quais 1,5 bilhão provenientes do FINOR.

● Plásticos e Fibras Sintéticas

● Plásticos: aprovação de 4 projetos objetivando a produção de 1 362 t/ano de sacos plásticos, 22 mil m de tubos de fibras sintéticas, 16 mil unidades de tanques e silos, e 16 milhões de sacos trançados de polipropileno, contemplando investimentos totais da ordem de Cr\$ 156 milhões, dos quais Cr\$ 82 milhões do FINOR e gerando 743 novos empregos diretos; em análise 10 projetos, com previsão de investimentos de Cr\$ 509 milhões, dos quais Cr\$ 176 milhões do FINOR, criando 1,1 mil novos empregos; aprovação, a nível de carta-consulta, de 4 projetos, com investimentos totais de Cr\$ 193 milhões, dos quais Cr\$ 83 milhões, provenientes do FINOR.

● Fibras Sintéticas: aprovação de projeto para produção de 300 t/ano de fios de polietileno de baixa densidade e 4,6 mil t/ano de filamentos de poliéster; em análise projetos para produção de 8,6 mil t/ano de fibras e filamentos de poliéster e

● Pesquisas Industriais

Realizações de estudos sobre as indústrias de plásticos, de cimento, de confecções e curtumes do Nordeste; elaboração de um modelo visando à integração da agroindústria com a agricultura e suas repercussões nos níveis de emprego e renda regionais.

● RECURSOS NATURAIS

● Levantamentos Cartográficos Básicos

Execução de 130 mil km² de cartas topográficas na escala de 1:100 000, utilizando-se informações de vãos já existentes; execução de 55 mil km² de recobrimento aerofotogramétrico.

● Estudos e Pesquisas de Recursos Naturais

● Estudos e Pesquisas de Solos: conclusão do levantamento expedido de solos de Minas Gerais, cobrindo uma área de 30 mil km²; em execução o levantamento pedológico exploratório do Estado da Bahia; conclusão do levantamento exploratório e semi-detalhado da bacia do riacho nos Navios (Pernambuco); mapeamento de 2 mil km² do planalto da Ibiapaba (Ceará); início do levantamento semidetalhado das bacias do Cedro (Ceará), Juatama (Ceará) e Escada (Pernambuco); conclusão da pesquisa sobre correção de solos em áreas de tabuleiros.

● Estudos e Pesquisas Hidrometeorológicas: realização de campanha de medições de descarga líquida em postos antigos do DNOCS; no Estado da Paraíba; manutenção dos postos hidrométricos existentes em todo o Nordeste; coleta, análise e processamento dos dados hidrometeorológicos gerados no período; continuação dos estudos nas bacias representativas de riacho do Navio e Escada - em Pernambuco, Sumé - na Paraíba, e Juatama - no Ceará; implantação da bacia representativa de Ibiapaba, na região Irecê (BA); rea

lização do 9º curso de capacitação de pessoal de estações meteorológicas; realização da campanha de manutenção de estações meteorológicas; conclusão da implantação da rede meteorológica do Nordeste.

● Estudos, Pesquisas e Aproveitamento de Recursos Minerais: realização de estudos de argilas (Ceará, Pernambuco e Sergipe) e diatomita (Ceará); prestação de assistência técnica aos pequenos mineradores; realização de pesquisas geoquímicas na Bahia; realização de pesquisas hidrogeológicas nas bacias do Alto Pajeú e riacho do Navio (Pernambuco) e na região centro-leste do Estado do Piauí, bem como estudos de reconhecimento para aproveitamento integrado (Bahia, Pernambuco e Paraíba); perfuração de 100 poços; instalação de 56 unidades de bombeamento e construção de 8 caixas d'água; em elaboração o inventário hidrogeológico básico do Nordeste.

● Estudos e Pesquisas de Recursos Vegetais : em execução, pelo IBDF e DNOCS, estudos básicos e pesquisas florestais, consistindo no acompanhamento de 78 experimentos e 35 bosques porta-sementes e na instalação, 26 novos experimentos e 9 bosques; elaboração do zoneamento ecológico florestal do Nordeste; realização de estudos sobre a tecnologia da madeira, bem como no que concerne à produção de celulose a partir de espécies nativas; conclusão dos relatórios técnicos referentes ao inventário florestal do Sudeste da Bahia e bacia do São Francisco e continuação dos trabalhos de análise e tabulação dos dados do inventário das matas xerofíticas da bacia do Parnaíba; elaboração das cartas das matas costeiras de Pernambuco e Paraíba.

● Estudos e Pesquisas de Recursos Pesqueiros: em execução os levantamentos sobre a biologia pesqueira de espécies de valor econômico; desenvolvimento de técnicas de cultivo racional em águas interiores e estuarinas; conclusão dos trabalhos de prospecção pesqueira e tecnologia de pesca no Estado de Alagoas, Ceará, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte; coleta de dados oceanográficos de apoio à pesca; continuação das prospecções de tubarão, algas e polvo, no Ceará; em execução pesquisas sobre rações, desti-

nadas ao cultivo intensivo do camarão; prosseguimento das pesquisas sobre ostreicultura no estuário do rio Goiana (PE) e sobre o desenvolvimento integral de camarões em açudes.

● Estudos para Aproveitamento Integrado de Recursos Naturais: conclusão dos estudos pedológicos e climatológicos e em conclusão os levantamentos florestal, hidrológico e hidrogeológico da bacia do Itapecuru (Maranhão); conclusão dos estudos pedológico, climatológico, hidrogeológico, geológico e florestal e do diagnóstico sócio-econômico da bacia do Mearim (Maranhão); conclusão do diagnóstico sócio-econômico da bacia do Apodi (Rio Grande do Norte).

● ENERGIA

● Usina Hidrelétrica de Moxotó

Em fase final as obras de construção da barragem do Moxotó, que terá 4 unidades de 100 MW cada, com início de operação das duas primeiras unidades previsto para fevereiro de 1977 e duas últimas para setembro do mesmo ano.

● Usina Hidrelétrica de Boa Esperança

Definição conceitual da obra de ampliação da capacidade gerada instalada de 108 MW para 228 MW; seleção da potência unitária de cada grupo gerador; seleção do tipo de turbina a ser utilizada e definição dos eixos e cotas principais; (o cronograma da obra encontra-se em atraso, devido a não liberação de verbas).

● Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso IV

Prosseguimento das obras de aterro, concretagem e escavação das adutoras, do poço do elevador, do poço de equipamentos e das galerias de acesso à casa de força.

QUADRO VII
REGIÃO NORDESTE: EXECUÇÃO FÍSICA DA
REDE RODoviÁRIA REGIONAL
1976

BRs	TRECHOS	EXTENSÃO (Em km)	OBJETIVO (a)	EXECUÇÃO FÍSICA			
				IMPLANTAÇÃO (Em km)		PAVIMENTAÇÃO (Em km)	
				1976	Até 1976	1976	Até 1976
020	Picos-Canindé	393,7	I/P	4,9	351,1	15,4	105,0
020	Canindé-Fortaleza	113,7	I/P	22,5	109,9	76,1	109,9
020/242	Brasília-Div.GO/BA-Ibotirama	842,0	MI/P	82,6	832,3	93,9	318,8
030	Brasília-Entr.BR-116	903,0	I	-	309,8	-	75,0
101	Prazeres-Cabo	19,5	I/P	-	-	-	-
101	Recife-Igarassu	31,6	I/P	0,3	0,3	-	-
101	Contorno de João Pessoa-Acesso ao Porto	28,6	I/P	-	28,6	-	28,6
101	Esplanada-Entr.BR-324	130,3	I/P	53,8	107,4	28,0	28,0
101/232	Contorno de Recife-Acesso ao Porto	30,6	MI/P	10,0	22,4	5,4	13,3
101/235	Acesso ao Porto de Aracaju	9,0	I/P	-	-	-	-
101/316	Acesso ao Porto de Maceió	11,0	I/P	-	-	-	-
110	Monteiro-Entr.BR-232	57,6	MI/P	-	57,6	-	-
110	Jeremoabo-Paulo Afonso	92,0	MI/P	-	92,0	-	-
110	Areia Branca-Mossoró	48,0	MI/P	-	48,0	-	-
110	Ribeira do Pombo-Jeremoabo	100,0	MI/P	-	100,0	-	-
116/222	Contorno de Fortaleza	11,8	I/P	2,6	4,6	4,5	4,5
135	Contorno de São Luís	13,1	I/P	-	-	-	-
135	Peritoró-Presidente Dutra	116,8	MI/P	5,0	116,8	105,0	116,8
135	Presidente Dutra-Ent.BR-230	177,0	MI/P	-	177,0	-	-
135	Barreiras-Bilbues	296,7	I/P	2,7	76,7	33,0	33,0
222	Santa Inês-Açailândia	321,9	MI/P	-	321,9	-	133,0
226	Currais Novos-Divisa RN/CE-Jaguaribe	253,0	I/P	-	195,0	-	-
226	Teresina-Presidente Dutra	215,0	I/P	51,7	106,3	-	-
230	Lavras da Mangabeira-Florianópolis	481,7	I/P	11,8	376,5	28,6	147,5
230	Pastos Bons-Florianópolis	140,0	I/P	-	140,0	-	-
235	Aracaju-Jeremoabo	189,5	I/P	4,6	189,5	4,6	68,4
242	Ponte São Francisco (Ibotirama)	0,9	C	-	-	-	-
316	Contorno de Teresina	9,0	I/P	4,5	4,5	-	-
316	Palmeira dos Índios-Entr.BR-423	109,0	MI/MP	-	109,0	-	-
316	Maceió-Entr.BR-101	11,0	I/P	-	-	-	-
316/110	Belém de São Francisco-Paulo Afonso	153,1	I/P	-	81,9	-	-
324	Feira de Santana-Cova do Defunto	72,5	I/P	-	-	-	-
343	Entr.BR-316-Florianópolis	167,0	MI/P	-	167,0	20,6	20,6
363	Baía de Santo Antônio-Alto da Bandeira	9,0	I/P	-	6,0	-	-
405	Natal-Macau	193,0	I/P	-	193,0	-	85,0
407	Picos-Petrolina	316,8	MI/P	-	316,8	54,8	316,8
408	Recife-São Lourenço da Mata	16,0	I/P	-	-	-	-
412	Farinha-Monteiro	144,9	MI/P	104,6	133,8	2,0	22,0
423	Paulo Afonso-Garanhuns	216,5	I/P	106,8	216,5	146,6	177,5
101	Natal-Parnamirim	11,0	I/P	-	11,0	-	11,0
122	Rio Pirangi-Iguatu	260,0	I/P	-	-	-	-
316/232	Picos-Salgueiro (Ponte Rio Guaribas)	0,3	I/P	-	0,3	-	0,3
316	Div. PA/MA-Caxuxá	398,6	P	-	398,6	-	398,6
427	Currais Novos-Div.RN/PB	154,0	P	-	154,0	2,0	144,0
324	Acesso Norte a Salvador	4,5	I/P	0,6	3,1	1,7	1,7
104	Compina Grande-UR-101	332,7	P	-	332,7	-	332,7
TOTAL		7 606,0	-	469,0	5 891,9	622,2	2 692,0

Fonte: DNCR

NOTA : (a) MI = Melhoria de Implantação I = Implantação
MP = Melhoria de Pavimentação P = Pavimentação
C = Construção

● Usina Hidrelétrica de Sobradinho

Realização de obras no sistema de navegação, na barragem, na tomada d'água, nos diques e no sistema extravasor; construção das novas sedes municipais de Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado; conclusão dos projetos de reassentamento das populações rurais; construção das variantes da estrada BR-235; conclusão do desvio do rio; prosseguimento das obras de aterro, concretagem e escavações.

● Usina Hidrelétrica de Xingó

Em fase de exploração preliminar, procedendo-se à coleta de dados necessários ao anteprojeto (estudos topográficos, sondagens geológicas, levantamentos aerofotogramétricos), além de estudos alternativos, a nível de lay-out, para cada uma das 3 alternativas selecionadas para o eixo da barragem; (a execução da obra foi postergada em vista da prioridade conferida à construção da usina de Itaparica).

● Usina Hidrelétrica de Itaparica

Em execução o projeto, localizado no rio São Francisco (entre os Estados da Bahia e de Pernambuco), visando à implantação de 6 unidades de 236 MW.

● TRANSPORTES

● Transporte Rodoviário

● Rede rodoviária regional: implantação de 469,0 km e pavimentação de 622,2 km de rodovias (Quadro VII).

● Transporte Ferroviário

● Sustada a construção dos trechos e variantes ferroviários de Iaçú-Mapele, Iaçú-Montes Claros e Maceió-Salvador.

● Portos e Terminais Marítimos

● Porto de Mucuripe: continuação das obras de terminal petroleiro; elaboração dos estudos de viabilidade e projeto de engenharia para o cais pesqueiro.

● Porto de Maceió: instalação do canteiro de obras, com vistas à construção da via de acesso interno ao porto de Maceió; instalação de diversos equipamentos; em elaboração o projeto para construção do armazém.

● Porto de Recife: prosseguimento da remoção da draga Felizardo Meira; continuação das obras de dragagem.

● Porto de Salvador: contratação dos serviços de sondagem geológica para obras de cais.

● DESENVOLVIMENTO SOCIAL

● Saneamento

● Abastecimento d'água: implantação, através do PLANASA, de 84 sistemas de abastecimento d'água; 216 encontram-se em fase de implantação ou ampliação; prosseguimento do programa que visa a beneficiar 72 pequenas comunidades, bem como o de melhoramentos em 45 sistemas deficitários (40 no Ceará, 4 em Sergipe e 1 em Minas Gerais); em construção a barragem de Brotas (Pernambuco).

● Esgotos Sanitários: prosseguimento dos trabalhos de implantação e ampliação de 23 sistemas de esgotos sanitários nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

● Saúde

● Proteção à Saúde Coletiva: implantação do laboratório de saúde pública do Recife e em implantação os de Salvador, Fortaleza e Teresina; em elaboração os projetos dos laboratórios de São Luís, Aracaju e Maceió; aplicadas 1,5 milhão de doses de vacinas.

● Projetos Especiais: conclusão do diagnóstico do setor saúde do Estado da Bahia; em funcionamento 55 regiões de saúde; realização, no Estado do Ceará, do seminário de avaliação do desempenho da administração do setor saúde.

● Desenvolvimento Integrado das Regiões Metropolitanas

● Região Metropolitana do Recife: conclusão dos relatórios sobre as bacias de drenagem dos rios Beberibe, Setúbal e Jordão, do plano diretor de preservação ambiental urbana, visando a preservar os monumentos histórico-culturais; em andamento o estudo de caracterização das unidades especiais de planejamento; em elaboração os termos de referência para o plano diretor de resíduos sólidos, drenagem e recursos hídricos.

● Região Metropolitana de Salvador: em andamento o estudo do uso do solo, com a participação do GEIPOT, CNPU, BNH, Governo do Estado e SUDENE; celebração de convênio para elaboração do plano diretor de resíduos sólidos.

● Região Metropolitana de Fortaleza: em elaboração o plano diretor de drenagem fluvial e o plano global de uso e ocupação do solo; em conclusão o plano diretor de assentamentos residenciais.

● Desenvolvimento Integrado das Capitais, Centros Dinamizadores e Cidades do Interior do Nordeste

Conclusão da pesquisa sobre custos de urbanização no Nordeste e em fase de conclusão o estudo sobre hierarquia urbana; em execução os planos diretores de Teresina e Parnaíba (Piauí), Mos

soró e Natal (Rio Grande do Norte), Campina Grande e Patos (Paraíba), Caruaru e Petrolina (Pernambuco), Montes Claros (Minas Gerais), e em fase de conclusão a elaboração dos planos de Feira de Santana e Bom Jesus da Lapa (Bahia); início da elaboração do projeto de urbanização do Cabo Branco e Ponta de Seixas, em João Pessoa; em execução a montagem do sistema de informações dos órgãos estaduais de assistência aos municípios; conclusão da implantação do plano de modernização administrativa de Imperatriz (MA) e Picos (PI); em conclusão a elaboração dos planos de modernização administrativa de Bacabal (MA) e Montes Claros (MG); em elaboração o projeto do emissário submarino e de esgotos de Maceió; em julgamento a concorrência para os projetos de drenagem pluvial de Parnaíba (PI); Mossoró (RN), Caruaru (PE), Arapiraca (AL) e Vitória da Conquista (BA), conclusão da elaboração do projeto de Aracaju e em execução o projeto de Natal; em fase de conclusão a pesquisa sobre os parâmetros do projeto da lagoa de estabilização de Campina Grande; conclusão do diagnóstico preliminar sobre controle de poluição ambiental no Nordeste; conclusão do estudo sobre política tarifária de saneamento para o Nordeste; aprovação do Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio do Nordeste, que na primeira etapa abrangerá 34 cidades da Região, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 1,5 bilhão.

● OUTROS PROGRAMAS

● Trópico Semi-Árido

Realização de pesquisas e experimentação agrícolas, concernentes a melhoramento genético, fertilidade, tratos culturais, fitossanidade, manejo e conservação dos solos; implantação de campos de multiplicação de sementes genéticas e novas variedades de algodão; elaboração de cartas de interpretação dos resultados de 16 estações solimétricas, localizadas na Paraíba; prosseguimento de locação de postos fluviométricos em Petrolina e Juazeiro; conclusão da implantação da rede telepluviométrica; em fase de conclusão e instalação do equipamento de nucleação artificial.

CENTRO-OESTE

ASPECTOS GERAIS FINANCEIROS

● TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

As transferências federais, à conta do Fundo de Participação dos Estados - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - FPM e Fundo Especial - FE, em 1976, elevaram-se a Cr\$ 787,3 milhões, representando 6,4% do total nacional (Quadro VIII).

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI, as liberações totalizaram Cr\$ 638,2 milhões, destinados ao POLOCENTRO, ao Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, ao Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados e ao Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Quadro IX). Esses recursos representaram cerca de 46,8% do total do FDPI aplicado no País.

● APOIO FINANCEIRO OFICIAL

O saldo devedor das instituições financeiras oficiais evoluiu de Cr\$ 25,6 bilhões, em fins de 1975, para Cr\$ 46,4 bilhões, em 31 de dezembro de 1976, o que equivale a um aumento nominal de 81,6% (Quadro X).

No que concerne à participação da Região Centro-Oeste no saldo devedor dessas instituições, em todo o País, registrou-se pequeno crescimento, vez que, em 31 de dezembro de 1975, correspondia a 11,0%, enquanto que, no final do exercício passado, representava 11,9%.

● INCENTIVOS FISCAIS

QUADRO VIII

CENTRO-CESTE: DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE, FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM E FUNDO ESPECIAL - FE, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

1976

ESTADOS	FPE			FPM			FE			TOTAL		
	Cr\$ Milhões (1)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (2)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (3)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional	Cr\$ Milhões (1+2+3)	% Sobre Total Regional	% Sobre Total Nacional
Mato Grosso	115,3	30,4	2,1	123,0	32,2	2,2	9,5	37,0	0,7	247,8	31,5	2,0
Goiás	204,3	53,8	3,8	243,5	63,7	4,5	16,2	63,0	1,2	464,0	58,9	3,5
Distrito Federal	60,0	15,8	1,1	15,5	4,1	0,3	-	-	-	75,5	9,6	0,5
TOTAL	379,6	100,0	7,0	382,0	100,0	7,0	25,7	100,0	1,9	787,3	100,0	6,4

Fonte: SAREM

QUADRO IX

CENTRO-OESTE: LIBERAÇÕES PROGRAMADAS E EFETIVADAS DO
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMADAS INTEGRADOS-FDPI

1976

PROGRAMAS	LIBERAÇÕES PROGRAMADAS		LIBERAÇÕES EFETIVADAS		
	Cr\$ milhões	Percentual sobre o total regional	Cr\$ milhões	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional
PRODEPAN	111,3	13,2	87,0	13,6	6,4
PRODEGRAN	29,2	3,5	10,5	1,7	0,8
Região Geoeconômica de Brasília (a)	187,0	22,2	97,6	15,3	7,1
POLICENTRO (a)	514,0	61,1	443,1	69,4	32,5
T O T A L	841,5	100,0	638,2	100,0	46,8

Fonte: SAREM

Nota : (a) Inclui áreas do Estado de Minas Gerais, na Região Sudeste

QUADRO X

CENTRO-OESTE: SALDO DEVEDOR DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS (a)

1975-1976

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	SALDO DEVEDOR EM 31-12-1975			SALDO DEVEDOR EM 31.12.1976			TAXA DE CRES- CIMENTO (%)
	Cr\$ milhões (1)	Percentual so- bre o total regional	Percentual so- bre o total nacional	Cr\$ milhões (2)	Percentual so- bre o total regional	Percentual so- bre o total nacional	
BB	15.254,3	59,7	6,5	25.972,8	55,9	6,7	70,3%
BXH	4.376,8	17,1	1,9	6.444,5	13,9	1,6	47,2%
BND	-	-	-	-	-	-	-
BASA	796,9	3,1	0,4	1.192,1	2,6	0,3	49,6%
CEF	5.146,2	20,1	2,2	12.834,9	27,6	3,3	149,4%
TOTAL	25.574,2	100,0	11,0	46.444,3	100,0	11,9	81,6%

FONTE: IPEA

Nota : (a) Exclusive BNCC e BNDE, cujos saldos devedores não foram regionalizados

A SUDAM aprovou 33 projetos de incentivos fiscais na Região (26 agropecuários, 5 industriais e 2 de serviços básicos), sendo 24 de reformulação ou ampliação e 9 de implantação ou modernização.

Os investimentos totais previstos nos projetos aprovados ascendem a Cr\$ 1,7 bilhão, dos quais Cr\$ 1,1 bilhão à conta do FINAM.

Os incentivos fiscais liberados pela SUDAM totalizaram Cr\$ 499 milhões, destinando-se Cr\$ 370 milhões ao setor agropecuário, Cr\$ 119 milhões à indústrias e Cr\$ 10 milhões aos serviços básicos.

Ademais, foi concedida isenção do Imposto sobre a Renda a 3 empresas.

PROGRAMAS ESPECIAIS



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - POLOCENTRO

Iniciou-se a efetiva implantação do Programa em 1976, envolvendo ações concernentes à pesquisa e experimentação agropecuárias, assistência técnica, crédito rural orientado, investimentos em infra-estrutura, e florestamento e reflorestamento. Na área de pesquisa e experimentação, coordenada pela EMBRAPA, foram desenvolvidos 271 projetos (implantados 4 centros de pesquisas dos cerrados e 8 unidades de pesquisas, que contam com 135 pesquisadores em atividades); a esse subprograma foram destinados, no período, Cr\$ 89 milhões. O subprograma de assistência técnica, sob a responsabilidade da EMBRATER, contava, ao final do exercício, com 106 escritórios e com 391 técnicos; foram instalados 64 campos de demonstração (despendidos Cr\$ 72 milhões).

No que concerne ao apoio creditício, foram submetidas a exame 1677 novas propostas de financiamento, que, somadas às 853 apresentadas anteriormente, envolvem investimentos da ordem de Cr\$ 6,0 bilhões. Cerca de 1 300 propostas foram aprovadas, elevando para 1 600 o número de projetos agropecuários contemplados com financiamento do Programa, no montante total de Cr\$ 3,5 bilhões. Em 1976, foram liberados, à conta do subprograma de crédito, Cr\$ 566 milhões, enquanto que cerca de 400 mil ha foram efetivamente preparados para o uso agrícola e pecuário.

Em infra-estrutura foram as seguintes as realizações: aumento de 224 mil t na capacidade de armazenamento na área do programa, com investimentos que totalizaram Cr\$ 173 milhões; implantação de 1 000 km de estradas rurais, com aplicações de 134 milhões e construção de 1,2 mil km de linhas de transmissão, destinadas principalmente para o suprimento de energia para as instalações de moagem de calcário, com dispêndios da ordem de Cr\$ 98 milhões.

Quanto ao subprograma de florestamento e reflorestamento, foram aprovados projetos envolvendo cerca de 162 mil ha e recursos que ascendem a Cr\$ 817 milhões, provenientes de incentivos fiscais.

● PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA

A efetiva implantação do Programa (constituído por subprogramas e 128 projetos) teve início nos primeiros meses de 1976, depois de concluído o detalhamento da programação e organizada a estrutura de execução. Foram as seguintes as realizações:

a) saneamento e melhoria urbana: dos 25 projetos em execução foram concluídos 12; as aplicações de recursos somaram Cr\$ 45,3 milhões, de um total de Cr\$ 57,5 milhões programados para o exercício;

b) desenvolvimento agroindustrial: programados para o período investimentos de Cr\$ 82,7 milhões e aplicados Cr\$ 64,3 milhões, no projeto do Distrito Agroindustrial de Anápolis.

c) transportes: do total previsto de Cr\$ 72,3 milhões foram aplicados Cr\$ 44,1 milhões na execução de 14 projetos, dos quais 2 foram concluídos.

d) energia elétrica: em execução 38 projetos, dos quais 7 foram concluídos; os investimentos importaram em Cr\$ 68,9 milhões, de um total de Cr\$ 91,1 milhões programados para o ano.

e) desenvolvimento rural: em execução 15 projetos, com aplicações de Cr\$ 33,6 milhões de um total previsto de Cr\$ 85,2 milhões.

f) saúde: em execução 17 projetos, com dispêndio programado de Cr\$ 23,6 milhões e aplicações de Cr\$ 6,6 milhões.

g) educação: em execução 18 projetos, com dispêndios de Cr\$ 5,9 milhões, de um total de Cr\$ 53,7 milhões programados.

Até o final de 1976 estavam previstos investimentos da ordem de Cr\$ 736,0 milhões. Em 1976 não houve liberações de recurso federais, tendo sido aplicados recursos liberados ao final de 1975, no valor de 176,1 milhões, que, somados aos recursos estaduais, atingiram um montante de Cr\$ 269,7 milhões.

Por outro lado, os contratos de financiamento à conta da linha especial de crédito do Programa totalizaram Cr\$ 57,9 milhões, até o final do exercício passado.

● PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PANTANAL

Os investimentos programados para 1976 totalizaram Cr\$ 285,1 milhões, dos quais Cr\$ 141,3 milhões provenientes do FDPI

e da Reserva do Fundo Especial, tendo sido liberados Cr\$ 122,7 milhões.

O Programa apresentava o seguinte quadro de realizações, até o final de 1976:

a) sistema rodoviário: construção de cerca de 270 km de estradas, incluindo-se o trecho Poconé-Porto Jofre da Rodovia Transpantaneira, e recuperados 115 km;

b) navegação fluvial: prosseguimento dos trabalhos de complementação do porto de Ladário, das atividades permanentes de segurança da navegação e de melhorias das vias navegáveis;

c) transporte ferroviário: em execução os trabalhos de melhoramentos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no trecho Campo Grande-Corumbá;

d) saneamento geral: perfuração de 31 poços, de um total de 74 previstos: construção de 8 plataformas de embarque e refúgio de gado, e abertura de 2 km do canal de Paiaguás; conclusão dos estudos topográficos do polder de Corumbá;

e) energia elétrica: conclusão da instalação da usina termoelétrica de Porto Murtinho; em execução diversos projetos de implantação de linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição;

f) pesquisas agropecuárias: implantação da sede provisória da unidade de pesquisa de Corumbá; em instalação o campo experimental sede de Corumbá, com 1 175 ha; instalação de um campo experimental satélite e dois em instalação; início dos levantamentos botânico e pedológico.

g) assistência técnica: em fase de implantação os campos de demonstração de manejo e mineralização para pecuária.

● PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

Este Programa, instituído em abril de 1976, tem por objetivo principal promover o desenvolvimento agrícola da região Sul do Estado do Mato Grosso, cobrindo uma superfície de aproximadamente 78 mil km², cujo pólo é a cidade de Dourados. Nesse sentido, pretende-se dotar a região de uma melhor infra-estrutura, principalmente no que concerne ao transporte e à comercialização, bem como proporcionar adequadas condições de crédito à produção. Especial atenção será dada também as técnicas de conservação dos solos, tendo em vista os problemas de erosão verificados nas áreas vizinhas do Paraná.

No decorrer de 1976 foi pormenorizada a programação, pelo Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento em articulação com a SUDECO e demais órgãos envolvidos. Ao final do exercício de 1976, foi liberada a primeira parcela de recursos para os órgãos executores, no valor de Cr\$ 30,9 milhões.

SUDESTE

ASPECTOS GERAIS FINANCEIROS



TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

As transferências federais, à conta do Fundo de Participação dos Estados - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - PFM e Fundo Especial - FE elevaram-se, em 1976, a Cr\$ 2 863,2 milhões - 23,4% do total nacional (Quadro XI).

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI, as liberações efetivadas para programas e projetos na Região Sudeste atingiram o montante de Cr\$ 74,0 milhões, de um total previsto de Cr\$ 101,5 milhões para o exercício de 1976. Do total efetivamente liberado, Cr\$ 47,3 milhões vincularam-se ao Programa Especial do Norte Fluminense.



APOIO FINANCEIRO OFICIAL

O saldo devedor das instituições financeiras oficiais evoluiu de Cr\$ 112,8 bilhões, em fins de 1975, para Cr\$ 186,4 bilhões, em 31 de dezembro de 1976 - aumento nominal de Cr\$ 65,3% (Quadro XIII).

No que concerne à participação da Região Sudeste no saldo devedor total dessas instituições, em todo País, registrou-se pequeno decréscimo, vez que, em 31 de dezembro de 1975, representava 48,3%, enquanto que, ao final de 1976, correspondia a 47,7%.

PROGRAMAS ESPECIAIS

⊙ PROGRAMA ESPECIAL DO NORTE FLUMINENSE

Os projetos de saneamento geral e aproveitamentos hidroagrícolas, a cargo do DNOS, contemplaram, em 1976, a expansão de obras nas bacias dos rios São João, Macaé, Sarapuí-Meriti, e na bacia do baixo rio Paraíba do Sul, envolvendo recursos de ordem de Cr\$ 140,9 milhões, efetivamente aplicados.

Na programação de desenvolvimento agrícola - compreendendo atividades de pesquisas agropecuárias, assistência técnica, extensão rural, além de projetos relacionados com comercialização, treinamento de mão-de-obra e estudos de oportunidades - foram aplicados, em 1976, Cr\$ 18,3 milhões.

Para o Projeto do Distrito Industrial de Campos, incorporado ao Programa em dezembro de 1975, foram aprovados recursos da ordem de Cr\$ 40,0 milhões, oriundos do FDPI, dos quais Cr\$ 23,7 milhões foram efetivamente aplicados em 1976.

CUADRO XI

SUDESTE: DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE, FUNDO DE PARTICIPAÇÃO

DOS MUNICÍPIOS - FPM E FUNDO ESPECIAL - FE, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

1976

ESTADOS	FPE			FPM			FE			TOTAL		
	Cr\$ Milhões (2)	% Sobre total Regional	% Sobre total Nacional	Cr\$ Milhões (2)	% Sobre total Regional	% Sobre total Nacional	Cr\$ Milhões (3)	% Sobre total Regional	% Sobre total Nacional	Cr\$ Milhões (1+2+3)	% Sobre total Regional	% Sobre total Nacional
Minas Gerais	547,5	51,9	10,0	778,8	44,9	14,3	-	-	-	1 326,3	46,4	10,8
Espírito Santo	167,3	15,9	3,1	109,5	6,3	2,0	73,0	100,0	5,4	349,8	12,2	2,9
Rio de Janeiro	167,2	15,8	3,0	154,2	8,9	2,8	-	-	-	321,4	11,2	2,6
São Paulo	173,2	16,4	3,2	692,5	39,9	12,7	-	-	-	865,7	30,2	7,1
TOTAL	1 055,2	100,0	19,3	1 735,0	100,0	31,8	73,0	100,0	5,4	2 863,2	100,0	23,2

FONTE: SAREH

QUADRO XII

SUDESTE: LIBERAÇÕES PROGRAMADAS E EFETIVADAS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS INTEGRADOS - FDPI

1976

E S T A D O S	Liberações Programadas			Liberações Efetivadas		
	Cr\$ milhões	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional	Cr\$ milhões	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional
Minas Gerais	9,0	8,8	0,4	7,0	9,5	0,5
São Paulo	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro (a)	22,0	21,7	1,0	19,7	26,6	1,4
Programa Especial do Norte Fluminense	70,0	69,5	3,2	47,3	63,9	3,5
T O T A L	101,5	100,0	4,6	74,0	100,0	5,4

FONTE: SAREM

Nota : (a) Exclusive Programa Especial do Norte Fluminense

QUADRO XIII

SUDESTE: SALDO DEVEDOR DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS (a)

1975-1976

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	SALDO DEVEDOR EM 31-12-1975		SALDO DEVEDOR EM 31.12.1976		TAXA DE CRESCIMENTO (2/1)
	Cr\$ milhões (1)	Percentual sobre o total regional	Cr\$ milhões (2)	Percentual sobre o total regional	
SB	58.282,2	51,7	96.111,6	51,6	64,9%
BNH	25.540,9	22,6	42.936,7	23,0	68,1%
BNB	766,2	0,7	1.083,1	0,6	41,4%
BASA	661,8	0,6	871,1	0,5	31,6%
CEF	27.506,3	24,4	45.348,3	24,3	64,9%
T O T A L	112.757,4	100,0	186.350,8	100,0	65,3%

FONTE: IPEA

Nota : (a) Exclusive BNCC e BNDE, cujos saldos devedores não foram regionalizados.

SUL

ASPECTOS GERAIS ECONÔMICO-FINANCEIROS



DESEMPENHO DA ECONOMIA

O exame dos indicadores setoriais permite inferir que a economia da Região Sul apresentou um bom desempenho em 1976, comparativamente ao ano de 1975, haja vista os resultados satisfatórios obtidos pelos setores industrial e agropecuário regionais.

Cabe registrar, todavia, que os dados utilizados para avaliação do comportamento da economia reportam-se (à exceção das estimativas de safras agrícolas) ao período compreendido entre janeiro e setembro dos anos de 1975 e 1976, possibilitando, portanto, uma análise consistente, ainda que parcial. Demais, a evolução da agricultura regional não incorpora os dados referentes à cultura do café, o que, decerto, subestima o desempenho do setor agropecuário.

O comportamento da agricultura, em termos de produção, foi superior ao verificado no período 1975-1974, especialmente no que diz respeito às culturas do fumo, mandioca, batata e trigo que apresentaram taxas de crescimento da produção da ordem de 17,1%, 16,0%, 23,0% e 102,0%, respectivamente, no período 1976-1975. A alta taxa apresentada pela produção de trigo, particularmente, teve como causa a recuperação das safras na região, sobretudo da produção do Estado do Paraná, depois de um ano em que as pragas e intempéries destruíram grande parte das lavouras então existentes. Com a cultura da soja, importante produto agrícola regional, obteve-se, entre os anos de 1975 e 1976, nível de crescimento da produção da ordem de 18,4%, enquanto que o rendimento médio apresentado pela cultura evoluiu em cerca de 8,4% no período.

A evolução da pecuária regional, por vez, caracterizou-se pela alta taxa de crescimento do abate de bovinos (37,2%), entre janeiro-setembro de 1976/janeiro setembro de 1975, índice esse

bastante superior ao verificado no período homólogo precedente, que se situou em torno de 5,8%. Com relação à suinocultura, considerando-se idênticos períodos para comparação, os índices já não foram tão significativos, tendo-se verificado uma taxa de crescimento do abate de 18,5%, entre 1976-1975, sendo, pois, pouco superior à verificada no período anterior, que foi da ordem de 15,9%.

No que diz respeito ao comportamento do setor industrial, verificou-se que a indústria de construção civil foi a que apresentou maior dinamismo. O crescimento desse segmento do setor industrial pode ser avaliado pela evolução do consumo de cimento que, no período janeiro-setembro de 1976/janeiro-setembro de 1975, expandiu-se a uma taxa de 18,3% contra 6,3% no período correspondente anterior. Já o incremento obtido no consumo industrial de energia elétrica fez por evidenciar uma expansão pouco significativa da indústria de transformação regional. Entre janeiro-setembro de 1976/janeiro-setembro de 1975, essa taxa elevou-se a 22,6%, sendo ligeiramente superior à observada no período anterior, que foi da ordem de 19,4%.

Em termos do setor de serviços e, especificamente, do comércio interno regional, observou-se significativa expansão. O número de informações fornecidas pelos Serviço de Proteção ao Crédito, nas capitais, exibiu um crescimento de 9,2%, no período em exame, refletindo o dinamismo apresentado pelo movimento das vendas do comércio varejista na região. O valor dos cheques compensados, indicador que reflete o comportamento geral dos negócios, apresentou, por sua vez, taxa de crescimento da ordem de 51,0% no espaço de tempo acima considerado.

Com respeito ao comércio externo, ficou registrado um desempenho inferior ao apresentado no período anterior. Em geral, a Região Sul apresentou taxas de crescimento das exportações estaduais inferiores, como consequência das reduções das exportações de alguns produtos importantes, como a carne. Percentualmente, o valor das exportações da região cresceu cerca de 28,6%, contra 37,2% verificado no período anterior. Deve-se salientar ainda que a arrecadação do ICM, na região, decresceu em cerca de 1,6%, em termos reais, refletin

do-se, dessa forma, negativamente sobre as finanças dos governos estaduais. Vale registrar que no período anterior, essa taxa havia se expandido em cerca de 11,4%. De certa forma pode-se atribuir essa involução da arrecadação do ICM às isenções fiscais recentemente concedidas a inúmeros produtos que compõem a pauta das exportações da região.

● INSTRUMENTOS DE APOIO FINANCEIRO

● Transferências Federais

As transferências federais, à conta do Fundo de Participação dos Estados - FPE, Fundo de Participação dos Municípios - FPM e Fundo Especial - FE, no ano de 1976, elevaram-se a Cr\$ 1 671,7 milhões - 13,6% do total nacional (Quadro XIV).

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI, as liberações efetivadas para programas e projetos, na região Sul, atingiram um montante de Cr\$ 43,4 milhões, de um total previsto de Cr\$ 191,7 milhões para o exercício de 1976 (Quadro XV).

● Apoio Financeiro Oficial

O saldo devedor das instituições financeiras oficiais evoluiu de Cr\$ 48,1 bilhões, em fins de 1975, para Cr\$ 78,1 bilhões, em 31 de dezembro de 1976 - aumento nominal de 62,5%, no período (Quadro XVI).

No que concerne à participação da Região Sul no saldo devedor total dessas instituições, em todo País, registre-se que ela se manteve praticamente inalterada, vez que, em 31 de dezembro de 1975, representava 20,6%, enquanto que, ao final de 1976, correspondia a 20,0%.

PROGRAMAS ESPECIAIS

● PROGRAMA ESPECIAL DO OESTE DO PARANÁ

O Programa - cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento da área de influência do Projeto Itaipu - contemplou a execução de atividades ligadas aos setores educação, transportes, saneamento básico e ambiental, desenvolvimento urbano e comunicações, através dos ministérios setoriais envolvidos, do Governo do Paraná e da Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Não computados os investimentos realizados no setor transportes, foram aplicados, no período, Cr\$ 49,9 milhões, de um total programado de Cr\$ 56,9 milhões.

● PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ

A execução do Programa, em 1976, foi prejudicada por força da indefinição dos recursos que seriam alocados como contrapartida do Governo do Paraná e não liberação dos recursos provenientes do FDPI. O plano de trabalho da Secretaria Técnica para 1976, inclusive seu quadro de pessoal e orçamento, somente em junho foi aprovado.

As atividades desenvolvidas, no período, limitaram-se basicamente ao levantamento aerofotogramétrico de Umuarama, Nova Londrina, Tapejara, Loanda e Santa Isabel do Ivaí, realizado pela SUDESUL. Foram aplicados, no período, Cr\$ 2,8 milhões, de um total programado de Cr\$ 10,8 milhões.

QUADRO XIV

SUL: DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS-FPE, FUNDO DE PARTICIPAÇÃO
DOS MUNICÍPIOS-FPM E FUNDO ESPECIAL-FE, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

1976

ESTADOS	FPE			FPM			FE			TOTAL		
	Cr\$ milhões (1)	% sobre total regional	% sobre total nacional	Cr\$ milhões (2)	% sobre total regional	% sobre total nacional	Cr\$ milhões (3)	% sobre total regional	% sobre total nacional	Cr\$ milhões (1+2+3)	% sobre total regional	% sobre total nacional
Paraná	271,3	45,6	5,0	458,1	43,0	8,4	-	-	-	729,4	43,6	5,9
Santa Catarina	129,9	21,9	2,4	228,2	21,4	4,2	12,2	100,0	0,9	370,3	22,2	3,0
Rio Grande do Sul	193,4	32,5	3,5	378,6	35,6	6,9	-	-	-	572,0	34,2	4,7
TOTAL	594,6	100,0	10,9	1 064,9	100,0	19,5	12,2	100,0	0,9	1 671,7	100,0	13,6

FONTE: SAREM

QUADRO XV

SUL: LIBERAÇÕES PROGRAMADAS E EFETIVADAS DO
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS INTEGRADOS - FDPI

1976

ESTADOS	LIBERAÇÕES PROGRAMADAS			LIBERAÇÕES EFETIVADAS		
	Cr\$ milhões	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional	Cr\$ milhões	Percentual sobre o total regional	Percentual sobre o total nacional
Paraná	144,4	75,3	6,5	30,9	71,2	2,3
Santa Catarina	15,0	7,8	9,6	1,0	2,3	0
Rio Grande do Sul	32,3	16,9	14,5	11,5	26,5	0,8
TOTAL	191,7	100,0	8,6	43,4	100,0	3,1

Fonte: SAREM

QUADRO XVI

SALDO DEVEDOR DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS (a)

1975-1976

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	SALDO DEVEDOR EM 31.12.1975			SALDO DEVEDOR EM 31.12.1976			TAXA DE CRESCIMENTO (2/1)
	Cr\$ milhões (1)	Percentual sobre regional total	Percentual sobre nacional total	Cr\$ milhões (2)	Percentual sobre regional total	Percentual sobre nacional total	
BB	36.011,0	74,9	15,5	56.408,9	72,2	14,5	56,6%
BNH	5.387,6	11,2	2,3	9.880,7	12,7	2,5	83,4%
BMB	-	-	-	-	-	-	-
BASA	290,8	0,6	0,1	343,7	0,4	0,1	18,2%
CEF	6.383,2	13,3	2,7	11.468,1	14,7	2,9	79,7%
TOTAL	48.072,6	100,0	20,6	78.101,4	100,0	20,0	62,5%

FONTE: IPEA

Nota: (a) Exclusive BNCC e BNDE, cujos saldos devedores não foram regionalizados.

● PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM

Os investimentos realizados, em 1976, atingiram um montante de Cr\$ 55,9 milhões, de um total previsto de Cr\$ 56,0 milhões.

Os projetos que compõem o Programa apresentaram os seguintes estágios de execução:

a) aproveitamento hidrelétrico do Passo do Centurião, no rio Jaguarão: conclusão do projeto básico da barragem, da central elétrica e das obras complementares, do projeto executivo do sistema de transmissão de energia e do projeto de melhoramento da estrada de acesso à futura barragem;

b) sistema de irrigação do rio Jaguarão - Talavera: conclusão do levantamento cartográfico e do apoio altiplanimétrico do distrito brasileiro de irrigação, elaboração da carta topográfica do distrito brasileiro de irrigação, elaboração da carta topográfica da bacia hidráulica da futura barragem de Talavera e início da elaboração do projeto de engenharia final;

c) distrito de irrigação de arroio Chasqueiro: conclusão dos estudos de pré-viabilidade para o projeto piloto de irrigação e os projetos básicos do distrito de irrigação e da barragem;

d) barragem-eclusa de São Gonçalo: conclusão de cerca de 90% das obras da barragem e da eclusa, que visam a impedir a penetração de água salgada na lagoa Mirim, assegurar a irrigação de 170 mil ha de terras e prover abastecimento d'água às cidades de Rio Grande e Pelotas;

e) desenvolvimento regional: construção dos tanques de reprodução, criação e viveiros da estação de piscicultura e celebração de convênio entre a SUDESUL e a AZONASUL, visando a ampliar a assistência técnica aos municípios da região.

● PROJETO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA

Conclusão do projeto final de engenharia e início das desapropriações para implantação do sistema viário de Imbituba: contratação do estudo da viabilidade técnico-econômica e assinatura de convênio com a SIDERBRÁS para implantação da usina siderúrgica de Imbituba; conclusão do termo de referência do Projeto Sombrio visando a recuperar 15 mil ha de terras alagadas; assinatura de convênio entre o BNH e o Governo do Estado de Santa Catarina para execução das obras de infra-estrutura em Imbituba; assinatura de contrato objetivando a execução dos estudos para o abastecimento de água e controle de enchentes do rio Tubarão.

Foram aplicados, no período, Cr\$ 1,1 milhão proveniente da SUDESUL, de um total previsto de Cr\$ 8,5 milhões. Cabe salientar que o programa ressentiu-se do atraso nas liberações de recursos do FDPI.

● PROJETO SUDOESTE - 1

Neste Projeto - cujos objetivos principais são promover o desenvolvimento agrícola e o aproveitamento de recursos naturais da região sudoeste do Rio Grande do Sul - foram aplicados no período Cr\$ 5,3 milhões, de um total previsto de Cr\$ 8,8 milhões. Esses recursos foram destinados à manutenção das unidades operacionais de Alegrete, Santana do Livramento e Júlio de Castilhos, e à implantação das unidades de São Gabriel, Uruguaiana, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e São Pedro do Sul.

DESENVOLVIMENTO URBANO

EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

No decorrer de 1976 foi mantido o dinamismo de urbanização com grandes contingentes populacionais ingressando nas metropoles e cidades de médio e grande porte. Esse fenômeno continuou a provocar pressões, em termos de emprego e de serviços urbanos, bem como sobre a qualidade de vida.

Para reduzir os desníveis historicamente observados e atender às crescentes expectativas das populações urbanas do País, vem sendo desenvolvido programa de investimentos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU, com significativa participação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, na área social orientada para populações de menor renda, e da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, na gerência dos programas orientados para transportes coletivos, trânsito e melhoria de infra-estrutura viária.

Os programas e respectivos investimentos que vêm sendo realizados nessas áreas resultaram no comprometimento total dos recursos financeiros disponíveis - que se revelaram escassos diante da magnitude dos problemas e das solicitações - como passaram

a exigir atenção prioritária na formação dos recursos humanos, na elaboração de planos e projetos urbanos e no acompanhamento e avaliação das atividades que compõem a política nacional de desenvolvimento urbano.

A CNPU dedicou especial atenção ao estabelecimento de diretrizes e ao início da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU, sendo definidas as programações de 6 regiões metropolitanas, beneficiadas pela alocação de recursos desse fundo.

Para o exercício de 1976, foram programados, inicialmente, cerca de Cr\$ 6,6 bilhões, dos quais Cr\$ 5,2 bilhões para Transportes Urbanos (FDTU), Cr\$ 844 milhões para Outros Programas, Cr\$ 320 milhões para Saneamento Ambiental, Cr\$ 148 milhões para Centros Sociais Urbanos e Cr\$ 30 milhões para Distritos Industriais, com vistas a melhoria das funções urbanas fundamentais de trabalho, moradia, recreação e circulação.

Dentro dos objetivos fixados no II PND para o desenvolvimento urbano, a CNPU propôs prioridade à elaboração de programas para o atendimento das regiões metropolitanas, destinando-lhes 60% dos recursos disponíveis. Concomitantemente, deu ênfase à dinamização de centros de médio porte, tendo como objetivo a desconcentração de áreas congestionadas e melhor ordenação da estrutura urbana das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Para estes centros foi prevista a destinação de cerca de 30% dos recursos do FNDU, cabendo 10% ao atendimento de projetos especiais e programas de cidades de pequeno porte.

A realização dos programas, no período, não corresponde exatamente às proposições previstas devido a transposições de recursos a órgãos setoriais, sobretudo àqueles ligados a transportes, com o DNER (300 milhões) e RFFSA (800 milhões), para atender às necessidades de alguns programas especiais de grande envergadura.

Desta forma, até 31 de dezembro de 1976, foram liberados para aplicação em programas prioritários de desenvolvimento urbano, Cr\$ 5,9 bilhões do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU, dos quais Cr\$ 4,6 bilhões à conta do FDTU; Cr\$ 989 milhões à conta do FNDU-OP e Cr\$ 311 milhões em Centros Sociais Urbanos FNDU/CSU.

CENTROS SOCIAIS URBANOS

Após 16 meses de efetiva existência do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, pode-se verificar a sua presença em todas as unidades da Federação, com 201 projetos definidos, 67 dos quais em regiões metropolitanas. Os estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foram beneficiados com a reativação ou complementação de 23 unidades de ação comunitária.

Encontram-se em funcionamento os Centros Sociais Urbanos - CSU dos estados do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro. Para o exercício de 1977 acham-se relacionados 197 projetos, prevendo-se que, em dezembro de 1978, seja atingida a meta de aprovação dos 600 equipamentos, estimada na legislação criadora do Programa. Até dezembro de 1977 deverão estar concluídas 100 obras que se acham em andamento em diversos Estados.

Em termos regionais, os projetos aprovados estão distribuídos em 8 unidades no Norte, 87 no Nordeste, 67 no Sudeste, 28 no Sul e 11 no Centro-Oeste.

Tem-se verificado um descompasso entre o ritmo de análise e aprovação de planos estaduais (14 reuniões do Grupo Executivo, no PNCSU; no exercício) e a efetiva contratação de recursos junto à Caixa Econômica Federal, como decorrência da recente legislação — Resolução nº 93 do Senado Federal — e dos pré-requisitos exigidos pela CEF da parte dos mutuários, matéria que deverá ser objeto de revisão por parte de autoridades superiores da administração federal.

Não fossem estas dificuldades e números mais expressivos poderiam ter sido registrados. Cerca de 50% dos projetos aprovados dependem, ainda hoje, de uma tramitação envolvendo a Caixa Econômica Federal, o Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário e o Senado Federal.

A parte operacional de CSU terá tratamento mais específico em 1978 a partir das obras em execução durante o exercício de 1977. Para tanto, o PNCSU, por intermédio da CNPU montou esquema de treinamento de recursos humanos, onde também atuará o SESC.

As sugestões para maior participação do BNH culminaram com a aprovação do Decreto nº 78 628, de 26 de outubro de 1976, onde se define a prestação de assistência financeira ao CSU.

O Sistema Técnico-Operativo de CSU, em implementação, será complementado com medidas definidoras dos serviços a serem oferecidos, a partir de Resolução do CDS que claramente comprometa o apoio dos Ministérios da área social, providência que se acha em curso.

Os recursos aprovados atingiram o total de Cr\$ 891,65 milhões, dos quais Cr\$ 311,9 milhões de recursos não-reembolsáveis e Cr\$ 423,2 milhões financiados pelo FAS/CEF. Com recursos próprios, Estados e Municípios participaram com Cr\$ 156,5 milhões.

A região com maior soma de recursos aprovados é o Nordeste, com 342,7 milhões de cruzeiros, seguida da região Sudeste, com Cr\$ 314,0 milhões. Quanto a previsões físicas, o Nordeste tem 43,3% dos CSUs definidos; o Sudeste 33,3%; o Sul 13,9%; o Centro-Oeste 5,5% e o Norte 4,0%.

Em termos percentuais, os recursos totais estão assim distribuídos: Nordeste: 38,4%; Sudeste: 32,5%; Sul: 18,3%; Norte: 5,5% e Centro-Oeste: 2,6%.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PESQUISAS

Durante o ano de 1976 a Secretaria da CNPU coordenou o II Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano, envolvendo a realização de cursos de mestrado e especialização pelas universidades federais do Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul e Pernambuco e pela Universidade de São Paulo. Para a execução deste programa a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério do Interior e o Ministério da Educação e Cultura destinaram Cr\$ 15 milhões, que foram aplicados na formação de 45 técnicos, entre mestrados e especialistas em planejamento urbano, e em financiamento de projetos de pesquisas e dissertações de mestrado.

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Em 1976 foi constituído grupo de cooperação técnica (proveniente do Acordo Internacional entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo Brasileiro) com a participação de cinco técnicos permanentes e mais alguns técnicos em regime de curta duração, todos estrangeiros e técnicos que dão a contrapartida brasileira.

Também efetivou-se o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Governo Francês, que enviou ao Brasil dois especialistas.

CAPITAIS E CIDADES DE PORTE MÉDIO

O Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio vem sendo desenvolvido pela Secretaria Executiva da CNPU, com a cola

boração dos Estados, através das secretarias de planejamento, e do Ministério do Interior, através dos departamentos de desenvolvimento local das superintendências regionais.

Durante o ano de 1976 foram desenvolvidos estudos de regionalização nos Estados do Amazonas e Pará, tendo sido coordenado um levantamento para reconhecimento da rede urbana do Amazonas. Tais estudos, em fase de conclusão, deverão permitir a montagem de uma programação urbana para o sistema de cidades da Região Norte, marcadamente para os centros urbanos de maior dinamismo da rede regional.

Na região Norte, a cidade de Manaus foi objeto de uma programação de investimentos urbanos aprovada pela Exposição de Motivos 35/SG, envolvendo um total de recursos da ordem de Cr\$ 245 milhões, sendo Cr\$ 145 milhões provenientes da União, dos quais Cr\$ 130 milhões não-reembolsáveis, oriundos do FNDU.

Para o Nordeste foi aprovada uma programação urbana, contemplando 34 cidades de porte médio, através da EM nº 330/76. Resultado de trabalho conjunto da SUDENE e das secretarias de planejamento dos nove Estados envolvidos, tal programação envolve recursos da ordem de Cr\$ 1,1 bilhão, sendo o total da União, de Cr\$ 877 milhões, dos quais Cr\$ 621 milhões não-reembolsáveis, e o restante proveniente dos Estados e Municípios.

Durante o ano de 1977, paralelamente à execução da programação aprovada, a SUDENE, sob supervisão da CNPU e com a colaboração dos Estados do Nordeste, deverá desenvolver estudos de acompanhamento da referida programação e de aprimoramento das formulações que serviriam de base à programação atual. Esses estudos terão como objetivo oferecer subsídios para montagem das programações relativas a períodos subsequentes.

As exposições de Motivos nº 36/SG e 372/76 contemplaram recursos à Região Centro-Oeste, sendo respectivamente, as cidades de Goiânia, em Goiás, e de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Aqui

dauana, em Mato Grosso. Os recursos envolvidos nas programações das duas exposições de motivos somam um total de Cr\$ 864 milhões, sendo Cr\$ 369 milhões provenientes da União, dos quais Cr\$ 222 milhões não-reembolsáveis. Essas programações resultaram de estudos conjuntos da SE/CNPU com as secretarias de planejamento dos dois Estados, contando também com a colaboração das prefeituras das cidades beneficiadas.

Além das programações aprovadas, foram iniciados estudos para reconhecimento da situação atual da rede urbana regional e suas perspectivas de evolução. Participam desses estudos as secretarias de planejamento dos Estados de Mato Grosso e Goiás e do Território de Rondônia. A CNPU, em conjunto com a SUDECO, supervisiona e financia os estudos em curso, tendo em vista a obtenção de propostas estaduais, compatibilizadas regionalmente, para novas programações conjuntas de investimentos em centros urbanos de porte médio da região.

Na região Sudeste, foram desenvolvidos estudos para cada Estado envolvido, destacando-se o dos Estados de São Paulo e Espírito Santo, que foram aprovados através das Exposições de Motivos nº 240/76 e 120/76, respectivamente. O total de recursos previstos, beneficiando os centros de porte médio de São Paulo, é de Cr\$ 2,2 bilhões, sendo Cr\$ 679 milhões provenientes da União, dos quais Cr\$ 316 milhões não-reembolsáveis. No Espírito Santo os recursos programados somam Cr\$ 251 milhões, sendo que a União participa com um total de Cr\$ 164 milhões, dos quais Cr\$ 70 milhões são não-reembolsáveis.

Os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais ativeram-se à formulação de seus estudos visando à montagem das bases de uma proposta para seleção de centros urbanos e suas respectivas programações.

A Região Sul teve seus estudos para definição de uma estratégia espacial desenvolvidos pela SUDESUL, que, em convênio com a CNPU, promoveu a coordenação dos trabalhos de seleção de cidades e montagem de uma proposta de programação para as mesmas,

nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O Estado do Rio Grande do Sul vem desenvolvendo estudos visando à apresentação de proposições para seleção de seus municípios e a respectiva programação de investimentos para o exercício de 1977. A CNPU, também em articulação com a SUDESUL, procederá a necessária compatibilização entre esses estudos e as diretrizes do II PND para a região.

Ainda durante o ano de 1976 foram aprovadas Exposições de Motivos envolvendo recursos para investimentos urbanos nas cidades de Rio Grande, no Rio Grande do Sul e de Florianópolis, em Santa Catarina. O total dos recursos da União, não-reembolsáveis, destinados a Rio Grande é de Cr\$ 3,5 milhões, provenientes do FNDU. Para Florianópolis foram destinados recursos para investimentos urbanos num total de Cr\$ 84 milhões, dos quais a União participa com Cr\$ 47,5 milhões, sendo Cr\$ 31,6 milhões não-reembolsáveis, provenientes do FNDU.

Incidindo no escalão urbano imediatamente inferior ao das metrópoles, esse programa representa o desdobramento das diretrizes urbanas, traçadas pelo II PND, ao nível das diferentes regiões brasileiras, procurando, a partir de uma formulação nacional, interferir nas cidades selecionadas, de forma compatibilizada, sistemática e complementar às ações sobre as regiões metropolitanas.

Vale destacar o papel que esse programa tem a desempenhar, pela forma como vem sendo desenvolvido na consolidação da estrutura de planejamento do desenvolvimento urbano do País, ora pela ativação dos organismos existentes, ao nível regional e estadual, ora pelo incentivo à criação desses, difundindo a capacidade do tratamento das questões urbanas a nível de estados e regiões.

REGIÕES METROPOLITANAS

Em termos de Regiões Metropolitanas como processo de planejamento, as principais previsões estabelecidas para 1976 foram

a definição de diretrizes metropolitanas e o início de sua implantação com apoio na programação de investimentos do FNDU.

Nesta etapa mostrou-se importante o grau de apoio da do pelos Governos Estaduais, pois a ação metropolitana tem sido diretamente proporcional à atenção que os governadores lhes dispensam. Convênios realizados pelas Regiões Metropolitanas com o INCRA constituem o primeiro instrumento efetivo de controle do uso do solo.

Região Metropolitana de Belém

Com a conclusão da estruturação organizacional da Secretaria de Planejamento do Estado do Pará, foi institucionalizada a Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - CODEURB, que apoia tecnicamente o Conselho Deliberativo e cuida do cumprimento de suas deliberações. Por contrato, a CODEURB utiliza os serviços técnicos da Companhia de Desenvolvimento Metropolitano - CODEM - empresa da Prefeitura Municipal de Belém que constitui o melhor agrupamento técnico em desenvolvimento urbano no Pará.

Em maio de 1976 foi assinado convênio no valor de Cr\$ 200 mil entre a CNPU e a SEPLAN/PA para o desenvolvimento das diretrizes metropolitanas que ao final do ano não estavam ainda concluídas.

Diversos órgãos vem trabalhando na solução de problemas decorrentes da ocupação de áreas alagadas (baixadas) para habitação (palafitas) e na montagem de uma programação de investimentos.

A principal deficiência desta região é a deficiência de técnicos em desenvolvimento urbano, o que tem levado a estudos pouco conclusivos. Os investimentos da ALBRÁS na periferia metropolitana, deverão servir de suporte ao desenvolvimento urbano.

Região Metropolitana de Fortaleza

Os recursos alocados por convênio com a CNPU permitiram essa Região definir suas diretrizes. A principal deficiência é a fraca base econômica, limitando as possibilidades de custeio da infraestrutura urbana. Trata-se da região metropolitana mais deficiente em serviços de saneamento.

A Autarquia Metropolitana de Fortaleza - AUMEF foi reestruturada e conseguiu bons resultados, considerando-se as dificuldades de obtenção de recursos financeiros e humanos. O Conselho Deliberativo reuniu-se três vezes e o Consultivo com mais frequência, mas de modo informal.

Dentre as realizações, em 1976, cabe citar trabalhos efetuados no cadastro metropolitano; estudos de habitação, programação de investimentos (ainda não aprovada por exposição de motivos), estudos preliminares de transporte, ligações entre núcleos metropolitanos e montagem de um sistema de obras e serviços metropolitanos. Para o desenvolvimento destes trabalhos foi importante o apoio da SUDENE, que em 1976 empregou Cr\$ 500 mil através de convênios com o órgão metropolitano.

Região Metropolitana do Recife

No decorrer de 1976, a FIDEM, fundação subordinada à SEPLAN/PE aprovou suas diretrizes e estruturou sua equipe técnica. O apoio do Governo do Estado e da SUDENE tem sido fundamental para a solução dos problemas de coordenação, sobretudo relativamente aos municípios do Recife e Olinda.

Em agosto de 1976 foi aprovada a programação de investimentos da região, no montante de Cr\$ 1,3 bilhão, dos quais Cr\$ 679,4 milhões da União (Cr\$ 376,3 milhões não-reembolsáveis), e o

restante do Estado e dos Municípios. -A falta de projetos executivos e de estrutura da FIDEM para acompanhamento retardou o andamento das obras e serviços.

As principais ações em andamento buscam a ordenação urbana através da implantação do II Pólo Metropolitano, mas para assegurar uma base econômica mais adequada à região é fundamental a implantação do porto de SUAPE.

Região Metropolitana de Salvador

Contando com forte base econômica, decorrente dos investimentos no Recôncavo, especialmente em Camaçari, esta região teve aprovadas de início, suas diretrizes básicas. Em 1976 destaca-se a realização de estudos de uso do solo e de transporte, com base nas quais aquelas diretrizes serão reajustadas e consolidadas. A série de ações setoriais desenvolvidas em paralelo, em especial de transporte ferroviário e habitação, tem causado problemas na ordenação espacial, de difícil condução para um órgão metropolitano em formação; também aqui as dificuldades com recursos humanos têm destacado como um dos principais problemas. Ao fim de 1976 a CONDER - órgão técnico da região, acompanhava os estudos de transporte e uso do solo, além de desenvolver treinamento dos quadros municipais e cuidar com eficiência da operação dos recursos da programação de investimentos metropolitanos (aprovada pela Exposição de Motivos nº 092, de 13 de maio de 1976), no montante de Cr\$ 749,6 milhões, dos quais Cr\$ 551,5 milhões da União (Cr\$ 212,4 milhões não-reembolsáveis) e o restante do Estado e Municípios.

O entrosamento com as Prefeituras tem se revelado satisfatório, tendo como ponto de apoio o prefeito da capital que tem adequada visão dos problemas metropolitanos.

Região Metropolitana de Belo Horizonte

As ações desenvolvidas nessa região, pela PLAMBEL, órgão técnico capacitado, foram, basicamente: a) aprovação da programação de investimentos metropolitanos, no total de Cr\$ 1,0 bilhão, incluindo recursos da União no montante de Cr\$ 300 milhões, não-reembolsáveis (verificaram-se atrasos na aplicação destes recursos devido a falta de projetos de engenharia final e a indisponibilidade dos elementos necessários à liberação dos recursos reembolsáveis); b) a aprovação de legislação de desenvolvimento urbano, em especial quanto ao uso do solo, para o Município de Belo Horizonte; os investimentos foram concentrados em transportes, não só pela gravidade dos problemas existentes, mas também visando estabelecer elementos de estruturação urbana; os problemas principais desta área estão no controle de loteamentos periféricos, que ainda proliferam impulsionados pelo forte desenvolvimento econômico na região.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro teve suas diretrizes definidas no Iº PLANRIO. Programaram-se grandes investimentos para os Municípios de Itaguaí e Maricá, ao mesmo tempo em que são orientados os investimentos em infra-estrutura (em especial, saneamento) nos municípios limítrofes do Rio de Janeiro, buscando reduzir o desnível de equipamento entre o município capital e os demais. Foi aprovado (Exposição de Motivos nº 342/76) programa de investimentos no valor de Cr\$ 200 milhões com recursos da União, que vem somar-se aos investimentos do Estado, dirigidos basicamente à periferia metropolitana. Serviços, como segurança pública, estão sendo contemplados em função de sua carência.

A FUNDREM - órgão técnico da região - vem preconizando uma efetiva ação de controle dos investimentos estaduais,

inclusive do Fundo Contábil. A legislação é o aspecto que menos tem evoluído, devido a posicionamento ortodoxos, em termos técnico-jurídicos quanto às competências metropolitanas e municipais.

Região Metropolitana de São Paulo

A atuação do Conselho Consultivo - CONSULTI vem se destacando como elemento de aglutinação das ações e reivindicações das prefeituras dos Municípios. A criação e implantação da Secretaria dos Negócios Metropolitanos - SNM e da EMPLASA, empresa que opera como seu órgão técnico, deu dimensão política ao trato dos problemas, ainda não alcançada em nenhuma das outras Regiões.

Quanto à articulação das ações dos órgãos setoriais, sejam federais ou estaduais, a tarefa tem sido bem mais árdua, uma vez que a estrutura setorializada dos diversos níveis da administração reagem ao planejamento regional; foram desenvolvidos trabalhos de coordenação, principalmente na área de saneamento, envolvendo a compatibilização dos projetos de esgoto cloacal e pluvial, com diretrizes de ocupação do solo, e na constituição de empresa para destino final do lixo, que deverá cobrir a parte sul dessa região.

Os problemas de transporte urbano, extremamente complexos nessa área, começam a ser equacionados com vistas à constituição de uma empresa metropolitana de transportes, cuja orientação terá de ser da Secretaria de Negócios Metropolitanos, para evitar que seja acentuada a setorialização dos serviços metropolitanos, com perda da visão conjunta dos problemas.

Os estudos de uso do solo não atingiram o desenvolvimento desejado, embora convênios com o INCRA, Ministério de Minas e Energia e Conselho de Desenvolvimento Industrial, comecem a constituir instrumental para seu controle.

Cumprir destacar o desenvolvimento verificado na legislação metropolitana da região, sobretudo em termos de proteção de mananciais.

Um fundo Metropolitano foi constituído, restrito, no entanto, aos recursos estaduais e reembolsáveis do Governo Federal, uma vez que não foram alocados recursos do FNDU para a região em 1976.

Região Metropolitana de Curitiba

O órgão técnico e de coordenação metropolitana - COMEC, institucionalizado na SEPLAN/PARANÁ, encontra-se instalado, tendo efetuado estudos quanto às diretrizes de desenvolvimento metropolitano e iniciado tarefas de levantamento aerofotogramétrico, além de atividades relativas ao convênio com o INCRA, para controle da expansão urbana.

A grande importância do município de Curitiba na região e seu forte sistema de planejamento (IPPUC), geram dificuldades de entrosamento na medida em que a própria COMEC tem uma fraca estrutura técnico - administrativa e reluta em utilizar a capacidade do IPPUC, para o que existe convênio.

A programação de investimentos metropolitanos, aprovada pela EM nº 216/76, de 05 de agosto de 1976, no montante de Cr\$ 341 milhões, previu investimentos da União no valor de Cr\$ 141 milhões sem retorno, enquanto o Estado e, em especial, o município de Curitiba participa com os restantes Cr\$ 199 milhões. O município de Curitiba, aliás, foi o principal responsável pela programação, uma vez que a Região Metropolitana não apresentou a dinâmica necessária para desenvolvê-la. A eficiência na execução das obras definidas no programa é devida à ação da Prefeitura de Curitiba.

Região Metropolitana de Porto Alegre

Esta região dispõe de uma estrutura institucional bastante sólida, mas não tem levado a implantação do planejamento no ritmo que seria desejável. As dificuldades parecem conjunturais, pois alguns pontos críticos, como a conexão entre organismos metropolitanos, agentes setoriais e municípios é inoperante, o que prejudica qualquer ação de implantação do planejamento.

Também na área de legislação não há quase progresso, já que existem problemas na determinação de competências metropolitanas e municipais.

Foram desenvolvidos bons trabalhos no setor habitacional, com a Secretaria de Estado responsável pela área, e nos estudos do II Polo Petroquímico; este último foi localizado em área externa à Região Metropolitana, em sua periferia imediata, o que, se por um lado influenciará acentuadamente nas áreas internas próximas, por outro, permanecendo fora do controle metropolitano, frustrará os objetivos da Lei Complementar nº 14.

A programação de investimentos metropolitanos foi aprovada pela Exposição de Motivos nº 100/76, somando o total de Cr\$ 1,6 bilhão, sendo destes Cr\$ 1,4 bilhão de recursos da União (Cr\$ 1,1 bilhão reembolsáveis e Cr\$ 2,68,8 milhões não-reembolsáveis). A execução dos projetos e serviços foi lenta, só adquirindo o maior ritmo no fim do ano.